

Diário do Legislativo de 22/06/2002

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Antônio Júlio - PMDB

1º-Vice-Presidente: Alberto Pinto Coelho - PPB

2º-Vice-Presidente: Ivo José - PT

3º-Vice-Presidente: Olinto Godinho - PTB

1º-Secretário: Mauri Torres - PSDB

2º-Secretário: Wanderley Ávila - PPS

3º-Secretário: Álvaro Antônio - PDT

SUMÁRIO

1 - DELIBERAÇÃO DA MESA

2 - ATAS

2.1 - 371ª Reunião Ordinária

2.2 - 183ª Reunião Especial - Homenagem à 8ª Igreja Presbiteriana de Belo Horizonte

2.3 - 185ª Reunião Especial - Comemoração do Dia Mundial do Meio Ambiente

3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

3.1 - Plenário

3.2 - Comissões

4 - COMUNICAÇÕES DESPACHADAS PELO SR. PRESIDENTE

5 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

6 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

7 - ERRATA

DELIBERAÇÃO DA MESA

DELIBERAÇÃO DA MESA Nº 2.313/2002

A Mesa da Assembléia Legislativa, no uso de suas atribuições e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/03/2002, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, 1.576, de 15/12/98, delibera:

fica aprovada a nova estrutura do gabinete do Deputado Adelmo Carneiro Leão, a vigorar a partir de 24/6/2002, ficando mantidos, conforme a Deliberação da Mesa nº 2.295, de 7/5/2002, os provimentos anteriores dos cargos que não sofreram alterações:

Cargo	Padrão
Assistente de Gabinete - 8 horas	AL-23
Assistente de Gabinete - 8 horas	AL-23
Assistente de Gabinete - 8 horas	AL-23

Secretário de Gabinete I - 8 horas	AL-19
------------------------------------	-------

Secretário de Gabinete - 8 horas	AL-18
----------------------------------	-------

Secretário de Gabinete - 8 horas	AL-18
----------------------------------	-------

Secretário de Gabinete - 8 horas	AL-18
Secretário de Gabinete - 8 horas	AL-18
Secretário de Gabinete - 8 horas	AL-18
Auxiliar de Gabinete I - 8 horas	AL-14
Auxiliar de Serviços de Gabinete II - 8 horas	AL-12
Auxiliar de Serviços de Gabinete - 8 horas	AL-10
Motorista - 8 horas	AL-10
Atendente de Gabinete II - 8 horas	AL-07
Atendente de Gabinete II - 8 horas	AL-07
Atendente de Gabinete II - 8 horas	AL-07
Atendente de Gabinete I - 8 horas	AL-06
Atendente de Gabinete - 8 horas	AL-05
Agente de Serviços de Gabinete II - 8 horas	AL-03
Agente de Serviços de Gabinete II - 8 horas	AL-03
Agente de Serviços de Gabinete - 4 horas	AL-01
Agente de Serviços de Gabinete - 8 horas	AL-01
Agente de Serviços de Gabinete - 8 horas	AL-01

Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia, 11 de junho de 2002.

Antônio Júlio, Presidente - Alberto Pinto Coelho - Ivo José - Olinto Godinho - Mauri Torres - Wanderley Ávila - Álvaro Antônio.

ATAS

ATA DA 371ª REUNIÃO ORDINÁRIA, EM 20/6/2002

Presidência dos Deputados Olinto Godinho, Wanderley Ávila e Aílton Vilela

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: 1ª Fase (Expediente): Ata - Correspondência: Ofícios - 2ª Fase (Grande Expediente): Apresentação de Proposições: Projetos de Lei nºs 2.243 e 2.244/2002 - Comunicações: Comunicações das Comissões de Direitos Humanos, de Educação e de Política Agropecuária e dos Deputados Sebastião Navarro Vieira e Miguel Martini - Oradores Inscritos: Discursos dos Deputados Miguel Martini e Ermano Batista - 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Abertura de Inscrições - Leitura de Comunicações - 2ª Fase: Discussão e Votação de Proposições: Palavras do Sr. Presidente - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Antônio Júlio - Alberto Pinto Coelho - Ivo José - Olinto Godinho - Mauri Torres - Wanderley Ávila - Álvaro Antônio - Adelino de Carvalho - Agostinho Patrús - Aílton Vilela - Alberto Bejani - Amílcar Martins - Antônio Andrade - Antônio Genaro - Arlen Santiago - Bené Guedes - Cabo Morais - Chico Rafael - Cristiano Canêdo - Dimas Rodrigues - Dinis Pinheiro - Durval Ângelo - Eduardo Hermeto - Elbe Brandão - Ermano Batista - Fábio Avelar - Gil Pereira - Glycon Terra Pinto - Ivair Nogueira - João Paulo - José Henrique - José Milton - Luiz Fernando Faria - Luiz Menezes - Márcio Cunha - Marco Régis - Maria Olívia - Mauro Lobo - Miguel Martini - Pastor George - Paulo Pettersen - Pinduca Ferreira - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Sebastião Navarro Vieira.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Olinto Godinho) - Às 14h15min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

Ata

- O Deputado Aílton Vilela, 2º- Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Correspondência

- O Deputado Cristiano Canêdo, 1º-Secretário "ad hoc", lê a seguinte correspondência:

OFÍCIOS

Do Sr. Bonifácio de Andrada, Deputado Federal, prestando informações relativas ao Requerimento nº 3.243/2002, da Comissão de Direitos Humanos.

Do Sr. Gudesteu Biber Sampaio, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, encaminhando estudo relativo ao Projeto de Lei nº 2.176/2002. (- Anexe-se ao Projeto de Lei nº 2.176/2002.)

Do Sr. Francisco de Assis Viana, Presidente da Câmara Municipal de Pará de Minas, convidando para a solenidade em homenagem ao Deputado Antônio Júlio, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais.

Do Sr. Elvécio Lucas de Bastos Silva, Presidente da Câmara Municipal de Pedro Leopoldo, encaminhando informe financeiro do mês de maio de 2002 dessa Câmara. (- À Comissão de Fiscalização Financeira.)

Do Sr. Edinan Luiz Carrijo, Presidente da Câmara Municipal de Ibiraci, encaminhando moção de apoio ao Projeto de Lei Complementar nº 149/2001, do Senador Romeu Tuna. (- À Comissão de Administração Pública.)

Do Sr. João Batista Neves de Mendonça, Presidente da Câmara Municipal de Guarani, encaminhando representação aprovada por unanimidade dos Vereadores a essa Câmara em apoio às reivindicações dos professores em greve da rede estadual de ensino. (- À Comissão de Educação.)

Do Sr. Marcelo Andrade Pimenta, Presidente em exercício do CREA-MG, colocando a entidade à disposição para contribuir na investigação sobre possíveis irregularidades nas obras da BR-381. (- À Comissão de Transporte.)

Do Sr. Geraldo Valadares Roquete, Chefe de Gabinete do DER-MG, indicando os Srs. Fernando Antônio Costa Janotti e Anderson de Souza Lima Novaes para participarem da reunião que menciona. (- À Comissão de Transporte.)

Da Sra. Laura Páyon Jaramillo, Presidente da Confederação Parlamentar das Américas, encaminhando o Caderno de Resoluções da III Assembléia Geral da Confederação Parlamentar das Américas - COPA -, realizada de 17 a 21/11/2001, no Rio de Janeiro.

Do Sr. José Bomtempo, do jornal "O Tempo", solicitando investigações sobre o abandono dos flagelados da seca em Minas. (- À Comissão de Fiscalização.)

2ª Fase (Grande Expediente)

Apresentação de Proposições

O Sr. Presidente(Deputado Aílton Vilela) - A Mesa passa a receber proposições e a conceder a palavra aos oradores inscritos para o Grande Expediente.

- Nesta oportunidade, são encaminhadas à Mesa as seguintes proposições:

PROJETO DE LEI Nº 2.243/2002

Declara de utilidade pública a Cooperativa de Ensino da Campanha, com sede no Município de Campanha.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Cooperativa de Ensino da Campanha, com sede no Município de Campanha.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Reuniões, 14 de maio de 2002.

Chico Rafael

Justificação: A Cooperativa de Ensino da Campanha é uma sociedade civil, sem fins lucrativos, e tem seus estatutos registrados no Cartório do 1º Ofício de Notas e Anexos, da cidade de Campanha.

Tem por finalidade o estímulo e o desenvolvimento de atividades educacionais, criando, organizando e dirigindo escolas.

Conforme atesta o Prefeito daquele município, a entidade funciona regularmente há mais de dois anos, e sua diretoria é composta de pessoas idôneas, que nenhuma remuneração recebem pela exercício de suas funções. Em caso de dissolução, seu patrimônio reverterá em favor de entidade congênere.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Educação, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 2.244/2002

Autoriza o Poder Executivo a fazer reverter ao Município de Cambuí o imóvel que especifica.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a fazer reverter ao Município de Cambuí o imóvel situado no local denominado Chácara da Rubina, naquele município, com área de 3.000m² (três mil metros quadrados), conforme o registro nº R.02/23.436, a fls. 102 do livro nº 2 (dois) do Cartório do Registro de Imóveis da Comarca de Cambuí.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Reuniões, de junho de 2002.

Alberto Pinto Coelho

Justificação: A medida consubstanciada na proposta reveste-se de pleno direito, uma vez que o Município de Cambuí doou ao Estado o imóvel citado no corpo do projeto, para a construção de prédio que seria destinado ao funcionamento da delegacia de polícia e da cadeia pública.

Uma vez que tal prédio foi erguido em outro imóvel, de propriedade do Estado, o Executivo local pretende a sua reversão ao patrimônio municipal. Tal vontade está materializada no art. 3º da Lei Municipal nº 1.358, de 1977.

Por se tratar de uma justa medida, peço o apoio dos nobres pares à sua aprovação.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Fiscalização Financeira para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

Comunicações

- São também encaminhadas à Mesa comunicações das Comissões de Direitos Humanos, de Educação e de Política Agropecuária e dos Deputados Sebastião Navarro Vieira e Miguel Martini.

Oradores Inscritos

- Os Deputados Miguel Martini e Ermano Batista proferem discursos, que serão publicados em outra edição.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

Abertura de Inscrições

O Sr. Presidente (Deputado Wanderley Ávila) - Não havendo outros oradores inscritos, a Presidência passa à 2ª Parte da reunião, com a 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo as comunicações da Presidência e de Deputados e a apreciação de pareceres e de requerimentos. Estão abertas as inscrições para o Grande Expediente da próxima reunião.

Leitura de Comunicações

- A seguir, o Sr. Presidente dá ciência ao Plenário das comunicações apresentadas nesta reunião pelas Comissões de Direitos Humanos - aprovação, na 114ª Reunião Ordinária, do Projeto de Lei nº 2.145/2002, do Deputado Gil Pereira; de Política Agropecuária - aprovação, na 87ª Reunião Ordinária, do Projeto de Lei nº 2.153/2002, do Deputado Dilzon Melo; de Educação - aprovação, na 39ª Reunião Extraordinária, dos Projetos de Lei nºs 2.082/2002, do Deputado Sebastião Navarro Vieira; 2.140/2002, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, e 2.144/2002, do Deputado Gil Pereira. (Ciente. Publique-se.).

2ª Fase

O Sr. Presidente - Esgotada a matéria destinada à 1ª Fase, a Presidência passa à 2ª Fase da Ordem do Dia, com a discussão e a votação da matéria constante na pauta.

Palavras do Sr. Presidente

A Presidência informa ao Plenário que fez retirar da pauta da reunião os Projetos de Lei nºs 1.254/2000, 1.759/2001, 1.937, 1.948, 1.936 e 2.017/2002, apreciados na reunião extraordinária realizada hoje, pela manhã.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando os Deputados para a reunião especial de segunda-feira, dia 24, às 20 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

ATA DA 183ª REUNIÃO ESPECIAL, EM 10/6/2002

Presidência do Deputado Antônio Júlio

Sumário: Comparecimento - Abertura - Ata - Composição da Mesa - Registro de presença - Destinação da reunião - Execução do Hino Nacional - Palavras do Sr. Presidente - Palavras do Deputado Eduardo Brandão - Palavras do Pastor Jeremias Pereira da Silva - Entrega de placa e de flores - Apresentação musical - Encerramento - Ordem do dia.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Antônio Júlio - Wanderley Ávila - Adelino de Carvalho - Agostinho Patrús - Ambrósio Pinto - Antônio Genaro - Dalmo Ribeiro Silva - Eduardo Brandão - Elbe Brandão - João Paulo - Marco Régis.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Antônio Júlio) - Às 20h15min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

Ata

- O Deputado Agostinho Patrús, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Composição da Mesa

O locutor - Convidamos a tomar assento à mesa os Reverendíssimos Pastores Jeremias Pereira da Silva, Titular da 8ª Igreja Presbiteriana; Celso Lopes Tavares, Roberto Teixeira dos Santos, Luiz Fernando Nacif da Rocha e Ângelo Pio da Silva, Vice-Presidente do Conselho da 8ª Igreja Presbiteriana; e o Deputado Eduardo Brandão, autor do requerimento que deu origem a esta homenagem.

Registro de Presença

O locutor - Registramos a presença do Vereador Leonardo Quintão, da Câmara Municipal de Belo Horizonte.

Destinação da Reunião

O locutor - Destina-se esta reunião a homenagear a 8ª Igreja Presbiteriana de Belo Horizonte.

Execução do Hino Nacional

O locutor - Convidamos os presentes a ouvir o Hino Nacional, que será interpretado por Ilma Brescia.

- Procede-se à execução do Hino Nacional.

Palavras do Sr. Presidente

Pastor Jeremias Pereira da Silva, Pastores Celso Lopes Tavares, Roberto Teixeira dos Santos, Luís Fernando Nacif da Rocha, Sr. Ângelo Pio da Silva, Deputado Eduardo Brandão, senhoras e senhores, caros colegas Deputados, temos a honra de dar início a esta reunião especial, requerida pelo Deputado Eduardo Brandão, com o apoio de vários parlamentares desta Casa, destinada a homenagear a 8ª Igreja Presbiteriana, localizada no Bairro Palmares, em Belo Horizonte. Essa instituição, oficialmente organizada em 1969, é uma das maiores igrejas

presbiterianas do País.

Todos sabemos da importância do fortalecimento dos valores morais e espirituais para a construção de uma sociedade mais justa e fraterna. Nesse contexto, as mais diversas instituições religiosas têm desempenhado papel fundamental.

Algumas delas, no entanto, cientes da complexa situação social em que estão inseridas, extrapolam o trabalho de orientação espiritual e desenvolvem programas de enorme alcance social. É nesse perfil que se enquadra a nossa homenageada.

Criada em maio de 1969, a instituição, além das suas atividades de caráter religioso, mantém várias obras assistenciais, cumprindo importante papel na sociedade. Entre os seus programas sociais, podemos destacar: atendimento odontológico a crianças carentes, mediante o trabalho voluntário de mais de uma dezena de dentistas; distribuição semanal de sopa para a população de rua; na Vila São Rafael, desenvolvimento de trabalhos de alfabetização, cursos profissionalizantes destinados a pessoas carentes e atividades nas áreas de esporte e lazer.

Tal demonstração de responsabilidade social deve servir de exemplo, notadamente quando reconhecemos que nosso atual modelo de desenvolvimento pouco ou nada tem feito para promover a inclusão social de expressiva parcela da população. Num país em desenvolvimento como o Brasil, a exclusão só será reparada quando todos se conscientizarem de sua parcela de responsabilidade.

Parabéns, pastores, missionários e demais membros dessa importante instituição religiosa! Parabéns, 8ª Igreja Presbiteriana! Receba nossa homenagem e o reconhecimento não só por seu trabalho de orientação espiritual, mas também pelos programas de grande alcance social que vem desenvolvendo junto à comunidade carente de nosso Estado. Muito obrigado.

Palavras do Deputado Eduardo Brandão

Exmo. Sr. Presidente, Deputado Antônio Júlio, Pastores Jeremias Pereira da Silva, Celso Lopes Tavares, Roberto Teixeira dos Santos, Luiz Fernando Nacif da Rocha, caro amigo Ângelo Pio da Silva, Srs. Deputados, senhoras e senhores, semear a palavra de Deus no coração de crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos, esse tem sido o lema da 8ª Igreja Presbiteriana de Belo Horizonte, desde que foi fundada em 1969. A semente da palavra de Deus, quando germina, produz os frutos do espírito na vida das pessoas, ou seja, produz amor, alegria, paz, benignidade e bondade em abundância, tudo que o ser humano deseja e precisa para ser feliz e fazer os outros felizes. Conhecendo a história e a trajetória da 8ª Igreja Presbiteriana, podemos dizer, alto e bom som: com efeito, grandes coisas fez o Senhor por nós. Por isso, estamos alegres.

Certamente, meus caros irmãos e irmãs, se não fosse pela ajuda de nosso bom Deus, sua fidelidade, sua boa mão estendida sobre nossas vidas e ações, não teríamos chegado aonde estamos hoje. Portanto, a Ele, ao nosso Deus vivo, sejam dadas toda a honra e glória.

Sentimo-nos imensamente felizes pelo privilégio de participar deste momento histórico e solene, em que esta Casa Legislativa tem o prazer de homenagear a 8ª Igreja Presbiteriana, como parte do corpo de Cristo. Esta homenagem tem como principal objetivo honrar e glorificar a Deus pela sua infinita bondade e misericórdia e, em especial, pela vida daqueles que, com amor, dedicação e ousadia, ajudaram a 8ª Igreja a crescer, florescer e revelar Jesus Cristo como Senhor e Salvador.

Com certeza, muitos gostariam de saber os motivos que me levaram a prestar esta homenagem. Homenagear aqueles que, no exercício de servir a Deus, priorizam a vida do outro, com amor e solidariedade, é quase missão obrigatória. Entretanto, essa não tem sido prática comum. Para melhor compreensão deste gesto de honra, aproprio-me das palavras do Pastor José Roberto Prado, quando diz que: (- Lê:)

"Na aurora deste novo século, nossa realidade transforma-se como paisagem em movimento. Os limites impostos a nós, há alguns anos, são apenas sombras em nosso passado. Deslocamo-nos, comunicamos, produzimos, consumimos e destruímos como nunca antes na história. Tudo parece destinado a ser ultrapassado, diminuído ou aperfeiçoado, e, nessa avenida, nossos valores, conceitos e comportamentos são relativizados impiedosamente. A solidão, a depressão e a falta de significado acumulam-se na alma do ser humano contemporâneo, impregnando-o como lixo industrial.

Nossa geração também tem se mostrado eficiente em produzir riqueza, conforto e supérfluos para alguns e em multiplicar pobreza, fome e miséria para outros. O Brasil, como tantos outros países, tem sofrido os efeitos deste sistema que valoriza a ganância dos poderosos, deixando à margem um contingente de milhões de explorados.

É justamente neste cenário de transformação, ambivalência, ausência de marcos significativos e desequilíbrio econômico que, como igreja, somos chamados a ser testemunhas de Jesus Cristo. Como povo de Deus, temos princípios imutáveis, procedimentos inegociáveis, o exemplo ímpar de nosso Mestre e a trilha inquestionável de milhares que nos antecederam na fé".

Analisando a trajetória da 8ª Igreja, ao longo de seus 33 anos de existência, podemos afirmar, com certeza, que tem trabalhado para implantar o reino de Deus em nossa cidade, Estado, País e em diversas partes do mundo.

É uma igreja que tem semeado na sociedade bênçãos não só no âmbito espiritual como também no político e social.

Sua história tem sido escrita por líderes íntegros, consagrados, dinâmicos e sensíveis às necessidades de seu rebanho. Entre tantos, citamos o Pastor Américo, o Pastor Wilson de Souza e sua esposa Noemi, o Pastor Jeremias e sua esposa Ana Maria, que em vida foi mãe exemplar, companheira idônea e serva fiel.

Dessa liderança, gostaria de destacar o trabalho que, ao longo desses últimos 20 anos, o nosso amado Pastor Jeremias vem desenvolvendo, juntamente com o Conselho da Igreja e sua equipe de pastores auxiliares, atualmente constituída pelos Pastores Roberto, Celso e Luiz Fernando.

Seu amor e compromisso com Deus, sua competência, ousadia de sonhar e realizar, seu bom humor e entusiasmo têm sido fundamentais no processo de crescimento da Igreja. Foram 20 anos de muitas lutas, desertos, mas também de intenso aprendizado e crescimento, que culminaram com muitos frutos e vitórias, para a honra e glória de Deus.

Nesse período, à frente da 8ª Igreja, novo templo foi construído, novas congregações foram abertas, o número de cultos aos domingos foi ampliado para atender aos novos membros. O Ministério de Células e Grupos Familiares foi implantado com nova visão de comunhão e crescimento pessoal, com a perspectiva de alcançar a cidade e integrar o corpo de Cristo. O Conselho Missionário foi criado, e vários missionários foram enviados para outros Estados e nações.

Grande número de novos ministérios foi implantado, para atender às demandas internas e externas da Igreja. Entre eles, merecem destaque o Ministério de Louvor, o coral, que hoje está abrilhando nossa homenagem, a equipe do Artilouvor, o trabalho incansável dos professores da escola dominical, o Ministério de Encarcerados, o trabalho de evangelismo, de visitação, de capelania, o Ministério dos Homens - HIG - Homens Influenciando Gerações; o trabalho da SAF - Ministério de Mulheres, atualmente coordenado pela Cláudia, esposa do Pastor Jeremias, que conta com 13 equipes trabalhando em diferentes âmbitos: treinamento de líderes, aconselhamento, intercessão, visitação, comunicação, louvor, terceira idade, culto do bebê e dos avós, trabalho com solteiros, viúvos e descasados, artesanatos e eventos. Além desses ministérios, a Igreja tem um curso bíblico por correspondência e o Centro de Estudos Bíblicos e Treinamento - CETRO.

Compromissada, também, com a luta contra as desigualdades e injustiças sociais, a Igreja criou, em 1992, a Associação Beneficente Wilson de Souza - AWISO -, para coordenar os seus inúmeros projetos sociais, dos quais destaco o sopão, que ajuda a matar a fome de moradores de rua; o CAEB, que atende moradores carentes da favela São Rafael, por meio de projetos de alfabetização, esportes, lazer e aconselhamentos diversos; e o Projeto Dentes Limpos, que oferece tratamento dentário para crianças carentes. Além desses, a Igreja ainda tem o Projeto Bom Samaritano, que ajuda pessoas carentes, com móveis e eletrodomésticos, materiais de construção, roupas, sapatos, remédios e cestas básicas.

Para desenvolver todos esses trabalhos, a 8ª Igreja tem em sua liderança 7 pastores, 12 presbíteros, 19 diáconos, 3 obreiros, 8 seminaristas, 1 evangelista, mais de 300 leigos na direção de ministérios e grupos de comunhão e uma equipe administrativa que lhe dá suporte logístico para todas as ações de que necessita. Tem também 5 congregações e sustenta 27 missionários dentro e fora do País.

Todos esses projetos e ações revelam que a 8ª Igreja Presbiteriana é uma igreja adoradora que celebra o Deus vivo; é intercessora; estuda e ensina a palavra de Deus; é evangelística; discipula e integra as pessoas; é missionária; é dizimista e ofertante; tem famílias fortes; vive em comunhão e dá suporte mútuo; exerce Ministério de Libertação; tem responsabilidade social e política; e é aberta para mudar.

Como membro dessa amada igreja posso testificar, com alegria, que além de dar bom testemunho em nossa cidade, tem sido canal de bênção, não só na minha vida, na de minha esposa e na de meus filhos como também na vida de todos que nela se congregam ou dela recebem algum tipo de ajuda.

Foi movido por esse espírito de gratidão e de honra a Deus e a vocês que nesta noite prestamos esta justa homenagem à 8ª Igreja Presbiteriana de Belo Horizonte.

De fundamental importância para essa tomada de decisão foi o versículo que se encontra em Romanos 13:7, que diz: "Pagai a todos o que lhes é devido: a quem tributo, tributo; a quem imposto, imposto; a quem respeito, respeito; a quem honra, honra".

Este é o tempo que o Senhor fez. É tempo de celebrar, de homenagear e de agradecer. Obrigado, Senhor, por tudo que a 8ª Igreja já fez e por tudo que ainda fará em nossa cidade, no Estado, no País e em outras nações do mundo.

Nessa perspectiva futura, como cristãos responsáveis e como igreja, somos desafiados a continuar a nossa jornada, exercendo individualmente e coletivamente a autoridade que o Senhor Jesus nos deu para sermos luz no meio de trevas, bênçãos num mundo repleto de maldições.

Para finalizar, agradecemos a presença de todos e deixamos aqui o nosso abraço amigo e fraterno.

Que o Senhor Deus continue derramando sobre nós a sua graça e sabedoria, para que possamos cumprir com alegria, competência e amor a missão de servir para a qual nos chamou. Que ao longo desse nosso caminhar nos ajude a ser e a viver como cidadãos do céu, tendo o amor, a justiça, a verdade, a fé e a esperança na vida eterna como princípios norteadores do nosso pensar, falar e realizar.

Avante, 8ª Igreja! O Senhor está no controle da realização de seus sonhos. Muito Obrigado.

Palavras do Pastor Jeremias Pereira da Silva

"Tende em vós o mesmo sentimento que houve em Cristo Jesus, pois, subsistindo em forma de Deus, não julgou com usurpação ser igual a Deus. Antes, a si mesmo se esvaziou, assumindo a forma de servo, tornando-se em semelhança de homens, reconhecido em figura humana, pelo que também Deus exaltou sobremaneira e lhe deu o nome que está acima de todo nome, para que ao nome de Jesus se dobre todo joelho, nos céus, na terra e debaixo da terra, e toda língua confesse que Jesus Cristo é o Senhor, para a glória de Deus Pai. Amém."

Exmo. Sr. Presidente Deputado Antônio Júlio, meus prezadíssimos Pastores Celso Lopes Tavares, Roberto Teixeira dos Santos e Luiz Fernando Nacif, companheiros de luta e na jornada de pastorear essa igreja querida; prezadíssimo Presbítero Ângelo Pio da Silva, representando o nosso amado Conselho e toda a liderança da 8ª Igreja Presbiteriana, companheiro de 20 anos de ministério na igreja abençoada cuja história ajudou a construir.

Prezado e querido irmão, Deputado Eduardo Brandão; prezados Deputados e ilustre Vereador, amados irmãos e irmãs, primeiro li o texto da Escritura, porque meu coração pediu para fazê-lo. A razão desta homenagem é que, um dia, conhecemos o Senhor Jesus. E, usando da liberdade que me foi concedida pelo protocolo e pelo Deputado Eduardo Brandão, peço aos membros da nossa igreja que se coloquem de pé, para, honrando Aquele que vive, cantar comigo o cântico que diz "Glória para sempre ao Cordeiro de Deus, a Jesus, o Senhor".

- Procede-se à apresentação musical.

O Pastor Jeremias Pereira da Silva - Lerei alguns trechos da Escritura que refletem o que esta homenagem representa para a 8ª Igreja Presbiteriana de Belo Horizonte.

A princípio, temos de dizer que não a merecemos. A razão desta homenagem é que Deus amou o mundo de tal maneira que deu o seu Filho unigênito, para que todo aquele que nele crê não pereça, mas tenha a vida eterna. Foi o Senhor Jesus que, nos dias de sua carne, quando andou entre nós, antes de sua morte na cruz pelos nossos pecados, disse essas palavras para todos os que, nesta estrada da vida, enfrentam cansaço e dor.

Não foram poucas as vezes em que V. Exa., Deputado Eduardo Brandão, e todos que trabalham nesta Casa enfrentaram angústia, dor e desespero. Para os amados e para todos quantos nos escutam pela TV Assembléia, repito as palavras eternas do Senhor Jesus: "Vinde a mim todos vós que estais cansados e sobrecarregados e vos aliviarei. Tomai sobre vós o meu jugo e aprendei de mim, porque sou manso e humilde de coração, e achareis descanso para vossa alma".

Uma igreja só existe por causa desse versículo e dessa mensagem de Deus. Na verdade, igreja só se forma por pessoas que afirmam que tiveram uma experiência pessoal com Jesus.

Nestes dias de tanto lazer e de tanta oportunidade de diversão, o que descobrimos é que o homem de hoje tem a alma cansada, pelas atribuições da vida, pelas decepções; cansada, porque há tantos desapontamentos - os melhores amigos de ontem são aqueles a quem não podemos dar as costas, porque podem nos ferir e até mesmo nos matar. Cansada, porque cada um de nós que vive em família descobriu que criar família não é fácil nem simples, e o que nos cansa muito é porque Deus nos criou para adorá-lo, e, quando não o adoramos, pecamos contra ele. Quando pecamos contra Deus, estamos separados dele.

Por isso Deus enviou o seu Filho, para que carregasse na cruz os nossos pecados, e o ressuscitou para que sua palavra fosse garantia. Assim, todo aquele que chega a Jesus e lhe entrega a sua vida encontra descanso para sua alma.

Assim, a 8ª Igreja começou com gente que teve experiência pessoal com Cristo e encontrou descanso para a sua alma. Jesus não é apenas um filósofo, um militante que viveu em Jerusalém, no ano 3 ou 4 da nossa Era Cristã. Não foi apenas mais um que morreu de morte horrenda por volta do ano 30, em Jerusalém. Não. cremos que Jesus é o Filho de Deus, que é Deus encarnado. A Escritura diz: "quem diz que conhece a Deus, mas não conhece a Jesus, não conhece a Deus". Jesus disse: "Quem vê a mim vê ao Pai".

Conhecemos esse Jesus e pregamos esse Jesus. Por isso não merecemos a homenagem do ponto de vista de que fomos nós que geramos isso. Definitivamente, não. Foi Deus quem nos deu o mistério da reconciliação, e estamos aqui porque cremos no Evangelho, estamos aqui porque pregamos o Evangelho, cremos que Jesus está vivo e que a sua palavra permanece para sempre. Por isso procuramos obedecer às Escrituras, oramos pelas nossas autoridades e a elas pregamos o Evangelho da graça de Deus.

Jesus veio, pois, para trazer salvação a todos nós. Se não cuidarmos, viveremos correndo atrás do vento. E a Bíblia diz: "De que adianta o homem ganhar o mundo inteiro e perder a sua alma?".

Costumo dizer que ninguém jamais viu um caminhão de mudanças acompanhar um enterro. Morreu um grande fazendeiro com 3 mil cabeças de gado e foi acompanhando o seu enterro todo aquele gado. Na verdade, não faz a menor diferença se somos enterrados num caixão de R\$15.000,00 ou se somos enrolados num simples lençol. Por isso, a Bíblia diz: "De que adianta o homem ganhar o mundo inteiro e perder a sua alma?".

Fiquei muito sensibilizado com a homenagem por causa da poesia de uma poetisa cristã. Geralmente o povo nos homenageia depois que morremos. Já foram a um enterro em que não houvesse flores? Todo enterro tem flores. A poetisa cristã disse: "Se quiser me dar uma flor, dê antes que eu morra, enquanto posso enfeitar a minha sala, a minha mesa". Se quiser fazer um elogio, que o faça agora. Mande hoje uma palavra boa.

Pregamos o Evangelho porque cremos que existe o céu e existe o inferno. cremos que a solução da salvação não é depois da morte, é aqui em vida.

A Bíblia diz: "Se com a tua boca confessares a Jesus e no teu coração creres, serás salvo". Foi essa a palavra que Jesus nos deu para pregar, e, ao pregar ao homem, amamos o homem, queremos ajudá-lo a tornar-se pessoa melhor. Queremos que cresça, se desenvolva, saia da pobreza e de ligações espirituais destruidoras, que conserte sua vida, arrume seu casamento, seja melhor cidadão, mas que, acima de tudo, seja um adorador. Amados, quando devemos tomar essa decisão de seguir a Jesus? A Bíblia diz que hoje é o dia da salvação. Costumo dizer que todos nós, que aqui estamos - é a coisa mais dolorosa de se viver - estamos na fila invisível da morte e ninguém sabe o número da sua ficha. Se fosse escolher o número de sua ficha na fila da morte, qual escolheria? Dizem que há 6 bilhões de pessoas, e escolheria o número 6.000.000.001, porque assim iria para o fim da fila. Mas não sabemos; é Deus quem sabe. Deus manda seu anjo tocar a trombeta, e o anjo da morte vem ao nosso encontro. Isso acontece no mundo espiritual, e, aí, quem estava no fim da fila tem que passar todo o mundo, despedindo-se, e prestar contas a Deus, porque a Bíblia diz: "Cada um de nós dará contas de si mesmo a Deus". Hoje é o dia da salvação, por isso pregamos. Cada um precisa tomar posição pessoal com Nosso Senhor Jesus, porque cada um de nós dará contas de si mesmo a Deus. A Bíblia diz: "E não nos cansemos de fazer o bem, porque, ao seu tempo, ceifaremos; senão, desfalecemos". Esta é a lei da sementeira e da colheita. Deus só dá a semente a quem semeia. Se quiser mais sementes, semeie mais. Por isso, semeamos e pregamos o Evangelho. Por isso queremos cuidar de crianças pobres, levar um menino do (...) à universidade, para que tenha no coração o desejo de voltar e ajudar os meninos com que foi criado. Por isso queremos colocar missionários em todas as nações, no sertão brasileiro, onde a pobreza é enorme; queremos chegar às favelas, fazer o nome de Jesus conhecido, porque só o novo nascimento transforma a pessoa de dentro para fora.

Deus só dá semente a quem semeia. O segundo princípio da sementeira e da colheita é: "Quem semeia vai colher". Semeie amor na sua família, e o senhor colherá; dê palavra boa, e a senhora colherá. Quem semeia vai colher, mas da mesma natureza da semente. A Assembléia Legislativa está semeando honra sobre a 8ª Igreja, vai colher intercessão, uma igreja que vai orar pelo senhor, por estes Deputados, pelo Governador do nosso amado Estado. Colherá preciosidades, desde crianças e adolescentes, que vão orar por vocês, amados. Quem semeia colherá da mesma natureza da semente.

Uma palavra final para encorajar o senhor, no meio de tanta pressão em que certamente vive o Presidente de uma Casa tão importante: quem semeia não pode desanimar. O desânimo afeta todo o mundo, atinge pai, mãe, criança, Deputados, Vereadores, adolescentes, donas de casa, executivos e pastores. Por isso não desanimemos, porque o Senhor Jesus ressuscitou dentre os mortos. Peça a Deus que não só o senhor, mas cada um dos amados Deputados tenha uma experiência pessoal com o Senhor Jesus e o receba como Deus e Senhor.

De coração, quero agradecer, em nome da Igreja, essa honra que ela recebe, mas quem a merece é o nosso amado Senhor Jesus. A Ele, todo o louvor, toda a honra, toda a glória e toda a adoração. Amém.

Quero fazer uma oração por sua vida, pelos Deputados da Casa. Solicito que mais uma vez fiquemos de pé. Vamos ter duas palavras de oração. Convido o Pastor Celso, nosso segundo pastor mais velho, para fazer uma oração. Depois também vou orar.

O Pastor Celso - Peça que todos curvem a cabeça, por favor. Vamos falar com Deus.

Senhor Nosso Deus, Te agradecemos por este momento em que o Senhor manifesta Tua palavra, Tua voz, Tua vontade. É o momento em que ora a palavra do Senhor, ouvimos a palavra do Senhor e a manifestação do coração do Senhor neste lugar. Agradecemos ao Senhor por este lugar, por esta Casa e pelos Deputados que aqui se reúnem. Pedimos, Deus, que no coração de cada um haja sempre o senso de justiça. Pedimos que seja instaurado no coração e na mente de cada um o temor do Senhor, que é o princípio de toda a sabedoria. Deus, rogamos que a mão do Senhor se estenda sobre eles, sobre o nosso Governador, sobre os governantes do País, sobretudo os que nos lideram e aquelas pessoas investidas de autoridade. Rogamos a paz do Senhor para a nossa cidade, em nome de Jesus.

Deus, como foi dito tantas vezes aqui, reconhecemos que todas as coisas vêm e retornam ao Senhor em forma de adoração. Ao Senhor, toda a

honra e toda a glória, em nome de Jesus. Amém.

O Pastor Jeremias Pereira da Silva - Senhor, agradecemos e queremos colocar a Teus pés a homenagem desta noite, porque sem o Senhor absolutamente não somos e não seríamos ninguém. Senhor, agradecemos pela vida do Deputado Antônio Júlio e pedimos a benção do Senhor sobre esse varão, sobre a sua casa, sobre o seu lar e sobre o seu coração. Senhor, dá-lhe graça e sabedoria nos momentos de solidão, de pressão e de angústia na alma, que tantas vezes um homem com tanta responsabilidade passa e não tem com quem falar. Senhor, envia sobre ele a Tua promessa, que diz que aquele que Te busca encontrará descanso para sua alma.

Oramos, Senhor, pelos nossos amados Deputados, para que sejam guardados nas mãos do Senhor. Que sejam homens de verdade, de integridade, cheios de paciência, que amem o seu próximo. Louvado seja o Senhor. Deus, pedimos que aqui reine a paz do Senhor. Mesmo com as diferentes posições e opiniões, esperamos que esta Casa busque o ideal elevado de abençoar o nosso Estado. Senhor, em nome de Jesus, pedimos que abençoes todos quantos viram, ouviram e estão vendo este evento, através da TV Assembléia. Que uma semente do Evangelho fique em cada coração.

Senhor, agradecemos muito a vida do nosso irmão Deputado Eduardo Brandão. Senhor, guarda esse homem, livra-o do mal, livra-o da sanha do enganador e do espírito de morte, em nome de Jesus. Dá a ele e à sua família graça e misericórdia na Tua presença. Senhor, abençoa o coração de cada um que aqui veio, de cada funcionário desta Casa, desde aquele que lava o banheiro, anônimo, o segurança, o vigia, a senhora que serve o café, que trabalha nos bastidores, de que poucos sabem o nome. Senhor, consola o coração dessas pessoas, abençoa grande e ricamente a todos, Senhor, até o que tem maior posição de responsabilidade, o Deputado Antônio Júlio. Fique a paz do Senhor neste lugar, em nome de Jesus. Amém.

Entrega de Placa e de Flores

O locutor - O Presidente fará a entrega ao Pastor Jeremias de placa alusiva a esta homenagem, com os seguintes dizeres: "A Bíblia é a palavra de Deus, que ilumina a trajetória da humanidade. A homenagem do Poder Legislativo Estadual à 8ª Igreja Presbiteriana de Belo Horizonte, pelo trabalho desenvolvido em favor da comunidade de nossa Capital. Deputado Antônio Júlio, Presidente".

- Procede-se à entrega de placa.

O locutor - Neste momento, a Dra. Maria Gláucia Costa Brandão, esposa do Deputado Eduardo Brandão, fará a entrega de flores às Sras. Cláudia, esposa do Pastor Jeremias Pereira da Silva; Ana Paula, esposa do Pastor Luís Fernando Nacif da Rocha, e Daisy Werner, Regente do Coral. Convidamos também os Pastores Celso Lopes Tavares e Roberto Teixeira dos Santos para que recebam as flores e sejam portadores desta homenagem às suas respectivas esposas.

- Procede-se à entrega de flores.

Apresentação Musical

O locutor - Convidamos os presentes a ouvir o Coral da 8ª Igreja Presbiteriana de Belo Horizonte, sob a regência de Daisy Werner.

- Procede-se à apresentação musical.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência manifesta seus agradecimentos às autoridades e aos demais convidados pela honrosa presença e, cumprido o objetivo da reunião, a encerra, convocando os Deputados para a especial de amanhã, dia 11, às 8h30min, nos termos do edital de convocação, e para a ordinária da mesma data, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (- A ordem do dia anunciada é a publicada na edição do dia 11/6/2002). Levanta-se a reunião.

ATA DA 185ª REUNIÃO ESPECIAL, EM 14/6/2002

Presidência do Deputado Marco Régis

Sumário: Comparecimento - Abertura - Ata - Composição da Mesa - Registro de presenças - Destinação da reunião - Execução do Hino Nacional - Palavras do Sr. Presidente - Palavras do Deputado Fábio Avelar - Palavras do Sr. Willer Hudson Pós - Palavras do Secretário Celso Castilho de Souza - Entrega de placa - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Alberto Pinto Coelho - Adelmo Carneiro Leão - Fábio Avelar - Geraldo Rezende - João Paulo - José Henrique - Márcio Kangussu - Marco Régis - Miguel Martini.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Marco Régis) - Às 10h15min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

Ata

- O Deputado Geraldo Rezende, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Composição da Mesa

O locutor (José Emílio Afonso) - Convidamos a tomar assento à mesa os Exmos. Srs. Celso Castilho de Souza, Secretário de Estado de Meio Ambiente, representando o Exmo. Sr. Governador do Estado, Dr. Itamar Franco; Willer Hudson Pós, Presidente da Fundação Estadual de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - FEAM - e Diretor-Geral do Instituto Mineiro de Gestão das Águas - IGAM -; Luciano Badini, Coordenador das Promotorias de Defesa do Rio São Francisco, representando o Procurador-Geral de Justiça, Dr. Nedens Vieira; Ricardo Prata, Assessor de Coordenação Ambiental, representando o Presidente da CEMIG, Dr. Djalma Bastos; Carlos Gonçalves, Diretor-Técnico de Meio Ambiente da COPASA, representando o Presidente da empresa, Sr. Rubens Coelho; e Deputado Fábio Avelar, autor do requerimento que deu origem a esta comemoração.

Registro de Presenças

O locutor - Registramos a presença do Sr. Antônio Fernando, Gerente-Executivo substituto do IBAMA; do Sr. Nelson Batista, Gerente da Relação Institucional de Desenvolvimento; do Dr. Maurício Fortini, advogado; do Dr. Tadeu Mendonça, Superintendente da Associação Mineira dos Municípios de Minas Gerais, acompanhado da Sra. Juliana Vanessa, Assessora Política da Associação Mineira dos Municípios, e dos seguintes senhores, da União dos Prefeitos da Bahia: Dr. José Miguel dos Santos, Diretor Administrativo das Finanças; Dr. José Reis, Consultor Jurídico da Presidência; Sr. Paulo Sérgio Gomes, Consultor de Comunicação.

Destinação da Reunião

O locutor - Destina-se esta reunião à comemoração do Dia Mundial do Meio Ambiente.

Execução do Hino Nacional

O locutor - Convidamos os presentes a ouvir o Hino Nacional.

- Procede-se à execução do Hino Nacional.

Palavras do Sr. Presidente

Exmos. Srs. Dr. Celso Castilho de Souza, Dr. Willer Hudson Pós, Dr. Luciano Badini, Dr. Ricardo Prata, Dr. Carlos Gonçalves, Deputado Fábio Avelar. Em razão de compromissos anteriormente assumidos pelo Presidente da Casa, Deputado Antônio Júlio, tenho a honra de ter sido designado para representá-lo neste momento. Passo, então, a ler a mensagem deixada pelo Presidente desta Casa:

"Esta Presidência, nesta data, lembra que, se o final da guerra fria trouxe ao mundo uma maior tranquilidade em relação aos perigos de uma guerra nuclear, fez, por outro lado, com que as viagens espaciais deixassem de ser uma premência para a humanidade. Contudo, elas estão voltando à ordem das prioridades da agência espacial americana NASA, ao ser constatada a presença de um mar de gelo soterrado no Pólo Sul de Marte. Se o planeta fosse aquecido, a água seria suficiente para inundá-lo com um oceano de um metro de profundidade. A vida depende da água e a possibilidade da sobrevivência em Marte reabre, hoje, a grande aventura espacial.

Infelizmente, ao mesmo tempo em que se interessa pela sobrevivência humana além de nossas fronteiras planetárias, o homem e seus governos têm comprometido a vida na Terra. Enquanto as calotas polares desaparecem em uma velocidade cada vez mais acelerada devido ao aquecimento global, algumas nações rejeitam o Protocolo de Kyoto, o acordo internacional para reduzir as emissões de gases que causam o efeito estufa. Depois da recusa dos Estados Unidos, maiores emissores mundiais desses gases, a Austrália, maior exportadora global de carvão mineral, assinala sua retirada do pacto, justamente na véspera do Dia Mundial do Meio Ambiente, comemorado em 5 de junho. Na mesma data, a ONU lançava, na rede mundial de computadores, o atlas dos oceanos, oferecendo aos usuários da Internet dados constantemente atualizados sobre os oceanos, a pesca, a destruição e a contaminação dos habitats próximos à costa, bem como sobre as mudanças climáticas e a evolução das geleiras polares.

Causa estranheza como Governos fecham os olhos a um dos maiores problemas da humanidade, enquanto voltam a se preocupar com a vida fora do próprio planeta. A sede humana de conhecer e explorar o universo é legítima e é responsável pela construção da civilização e da história, mas nada justifica que essa busca do desconhecido implique o esquecimento da nossa própria casa.

A Assembléia Legislativa de Minas Gerais, ao colocar entre as suas preocupações maiores os problemas ambientais, tem cumprido sua tarefa constitucional, expressa no art. 214, de defesa de um meio ambiente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, a ser preservado para as presentes e futuras gerações.

Com esse espírito, este parlamento promoveu o Primeiro Seminário Legislativo Águas de Minas e prepara a abertura do segundo, já para o próximo mês de julho. Esse seminário visa colher, junto à sociedade, subsídios para a fundamentação das leis relacionadas à gestão das águas.

Como resultado dessa ação, as políticas estaduais de recursos hídricos têm recebido importantes contribuições dos diversos segmentos de nossa sociedade. É assim que o Instituto Mineiro de Gestão das Águas - IGAM - elaborou o mapa da qualidade das águas, mostrando como é alarmante a situação da maioria das bacias hidrográficas mineiras. É pelo esforço conjunto de poderes públicos, empresas, entidades representativas da sociedade e cidadãos de modo geral que estaremos promovendo a defesa do meio ambiente e o desenvolvimento sustentável, impedindo o retrocesso dos compromissos assumidos na ECO-92, a conferência realizada no Rio de Janeiro, marco do comprometimento mundial com o tema. A responsabilidade comum pelo futuro de todos é um compromisso que não pode e não deve ser abandonado."

Estas foram as palavras deixadas pelo Presidente da Casa, Deputado Antônio Júlio. Peço permissão aos componentes da Mesa, especialmente ao autor do requerimento que ensejou esta reunião, Deputado Fábio Avelar, e a todos os presentes, para acrescentar algumas palavras pessoais. Dada à polêmica que envolveu este parlamentar recentemente, gostaria de dizer que esta Casa é uma arena de embates calorosos e que sabemos muito bem que a mídia só se interessa pelas palavras polêmicas. No episódio que esta Casa sustentou contra a privatização de Furnas e de todo o setor hidrelétrico brasileiro, eu dizia que, se todos os parlamentares comprometidos contra esse procedimento tentado pelo Governo Federal se dispusessem a falar civilizadamente, poderíamos fazê-lo, preenchendo páginas inteiras de jornais. Mas não nos dão essa oportunidade de expressão, para que possamos levantar nossas bandeiras.

Nesta Casa, aprendi que só rompemos a barreira junto à imprensa com palavras duras e fora das expectativas civilizadas, muitas vezes. Por isso, de uma maneira particular, quero expressar minhas desculpas pela maneira veemente com que me referi à FEAM, em episódio recente, sobre a construção da Usina Hidrelétrica de Irapé. Por outro lado, não poderia deixar de sustentar minha posição: sendo a instituição presidida pelo Dr. Willer Pós um braço governamental, que ele fosse um conselheiro do Governo e que a instituição não se contrapusesse a ele. Essa era a minha visão naquele momento.

Há muitos anos, aprendi que o vale do Jequitinhonha necessitava de barragens para a perenização de seus rios, cujas águas já escasseavam. E isso vem, neste momento, com a construção de uma hidrelétrica. Dentro de um ambientalismo ultra-ideológico, não seria aceitável essa construção como redenção ou progresso do Jequitinhonha. Mas entendemos que, depois do asfalto construído na região, é a primeira vez que se leva alguma coisa para seu progresso, para possibilitar a mudança de vida desse povo sofrido. Ao mesmo tempo, estão sendo oferecidas outras perspectivas ambientais, que os presentes conhecem muito mais do que este parlamentar, porque são especialistas no assunto. Daí minha explicação superficial sobre o havido.

Como Prefeito de uma pequena cidade do Sudoeste de Minas, Muzambinho, nos idos de 1989 a 1992 me bati por ser legalista, implementando a Constituição recém-promulgada. Por exemplo, tentei liquidar o problema de um lixão a céu aberto, levando-o para um recém criado aterro sanitário.

Abandonei o procedimento adotado por outros Prefeitos, de jogar venenos, herbicidas nas ruas da cidade, e, ao final de quatro anos, pude constatar o renascimento dos pássaros, que estavam sendo extintos por essa prática, que, infelizmente, depois da minha saída da Prefeitura, voltou a ser implementada.

Como parlamentar, tento trazer a esta Casa temas que dizem respeito ao meio ambiente, como, por exemplo, a lei já existente, que foi projeto de nossa autoria, da promoção da agricultura orgânica e da criação do Conselho Estadual de Agricultura Orgânica no Estado. Há outro projeto nosso tramitando nesta Casa, que trata do uso da biomassa da cana-de-açúcar como co-geração de energia. Desde o ano passado, debate-se em três comissões da Casa sobre o problema dos agrotóxicos; até trouxe testemunhas de mortes lentas e progressivas pelo uso de agrotóxicos.

Com isso, quero apenas refutar certas críticas que sofri em jornais ambientalistas, depois do meu posicionamento, segundo as quais eu seria um ignorante do meio ambiente. Devo dizer que, desde minha adolescência, tenho uma consciência cósmica. E essa consciência muita gente formou depois do vô espacial de Yuri Gagarin, no celebre 12/4/61, quando ele disse que a Terra é azul. Naquele dia, nascia para grande parte da humanidade uma consciência de que somos uma pequena nave espacial perdida na imensidão do universo. A partir daí, as pessoas despertaram para os problemas ambientais, embora tardiamente, mas ainda em tempo de salvar este planeta.

Peço vênia ao representante do Ministério para não sermos tão rígidos com certos setores da população, com certos dirigentes, porque essa consciência é muito recente. Não podemos levar na lei da chibata certos comprometimentos de pessoas que ainda não adquiriram essa consciência. Esse é um processo educativo. Digo isso porque a primeira reunião mundial de meio ambiente, todos sabem, deu-se em Estocolmo, em 1972. Somente 20 anos depois se realizaria a segunda reunião mundial de meio ambiente, que foi a Eco-92, no Rio de Janeiro. A preocupação governamental é muito grande nesse setor.

Concluo dizendo que minha filha, que é enfermeira, recentemente teve aprovada sua tese de mestrado pela UFMG, defendendo a destinação dos resíduos hospitalares da nossa região de origem, o Sudoeste mineiro. Ela teve o trabalho de pesquisar 16 municípios, 42 instituições hospitalares, entre postos de saúde e hospitais de toda uma microrregião, e desenvolveu um bellissimo trabalho, muito elogiado na Universidade. Não só este parlamentar, mas toda sua família tem essa convicção.

Muitas vezes fico perdido entre o confronto do ambientalismo ideológico e o pragmático. Não podemos aceitar o ambientalismo pragmático de Bush, quando declara que o desenvolvimento dos Estados Unidos justificaria até tingir de negro as geleiras do Alaska. Mas desejo o pragmatismo de Irapé, que continuo defendendo. Muito obrigado.

Palavras do Deputado Fábio Avelar

Cumprimento o Deputado Marco Régis, que, nesta solenidade, representa o Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, Deputado Antônio Júlio. O Deputado Marco Régis, injustamente considerado polêmico, defende, de maneira clara e transparente, suas posições nesta Casa. Cumprimento, ainda, os Drs. Celso Castilho, Secretário de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, representando o Governador Itamar Franco; Willer Hudson Pós, Presidente da FEAM e Diretor-Geral do IGAM; Ricardo Prata, Assessor da Coordenação Ambiental, representando o Presidente da CEMIG, Dr. Djalma Bastos; Luciano Badini, Coordenador das Promotorias de Defesa do Rio São Francisco, representando o Dr. Nédens Vieira, Procurador-Geral de Justiça; Carlos Gonçalves, Diretor Técnico de Meio Ambiente da COPASA, representando seu Presidente, Sr. Rubens Coelho; o ilustre amigo Deputado Márcio Kangussu, que nos honra com sua presença; os demais Presidentes, Diretores e funcionários de órgãos e entidades governamentais e não governamentais; imprensa e telespectadores da TV Assembléia, que dá aos eleitores a oportunidade de acompanhar o trabalho diário dos parlamentares.

Agradeço a todos os que atenderam ao nosso convite para juntos comemorarmos, embora com dias de atraso, o Dia do Meio Ambiente, que, na verdade, é 5 de junho.

Esta reunião especial, em comemoração ao Dia Mundial do Meio Ambiente, realizada por esta Casa pelo quarto ano consecutivo, em atenção a requerimento, de minha autoria, demonstra a importância e a atenção toda especial que este parlamento confere à causa ambiental.

As reflexões que aqui serão feitas por autoridades governamentais e dirigentes de empresa pública serão de grande valia para a sociedade mineira, porque é pelo diagnóstico preciso dos problemas ambientais em nosso Estado e das alternativas apresentadas que poderemos, pela Comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais, de que tenho a honra de ser Vice-Presidente, adotar todas as providências cabíveis para oferecer ao Estado e à sociedade leis claras e objetivas na busca do desenvolvimento sustentável, compatibilizando a preservação ambiental com a melhoria da qualidade de vida do povo mineiro.

No decorrer do exercício do primeiro mandato que o povo mineiro me conferiu, numerosos foram os projetos por mim apresentados, contemplando a preservação ambiental e a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos. Entre eles, podemos destacar:

Projeto de Lei nº 1.667/2001, que cria a área de proteção ambiental da Serra da Piedade; Projeto de Lei nº 1.444/2001, que dispõe sobre a criação da área de proteção ambiental da bacia hidrográfica do rio Jequitinhonha; Projeto de Lei nº 196/99, que dispõe sobre o controle da qualidade da água para consumo humano; Projeto de Lei nº 1.296/2000, em tramitação nesta Casa, que institui a medalha do mérito ambiental do Estado de Minas Gerais; Projeto de Lei nº 1.162/2000, aprovado e convertido na Lei nº 14.181, de 18/1/2002, que dispõe sobre a política de proteção à fauna e flora aquáticas e desenvolvimento da pesca e da aquicultura no Estado. Esse projeto contou com a participação, de maneira decisiva, de todos os órgãos ligados à Secretaria de Estado do Meio Ambiente, da Polícia Militar, de ONGs e todo o segmento da atividade de pesquisa em nosso Estado.

Apresentamos também o Projeto de Lei nº 645/99, aprovado e convertido na Lei nº 13.771/2000, que dispõe sobre a administração, a proteção e a conservação das águas subterrâneas em nosso Estado. Esse projeto vem preencher uma lacuna que existia na legislação de recursos hídricos que, apesar de muito rica, deixava alguma dúvida com relação a nossas águas subterrâneas. Esse projeto tem servido de exemplo a vários outros Estados brasileiros, tendo em vista que apenas dois, São Paulo e Pernambuco, apresentam projeto semelhante.

Cumpra-me fazer alguns comentários sobre o projeto de lei que institui a Medalha do Mérito Ambiental, que se encontra em fase de inclusão na ordem do dia, para votação nesta Casa. A instituição dessa medalha é de fundamental importância para destacar e agradecer pessoas e empresas que contribuíram e contribuem para a preservação do meio ambiente em nosso Estado. Sua concessão é importante, sobretudo, como forma de incentivar pessoas e empresas a entrar na luta pela causa ambiental.

Sr. Presidente, senhoras e senhores, o Brasil detém 12% de toda a água doce disponível no planeta e 53% dos recursos hídricos do continente sul-americano; abriga a maior bacia fluvial do mundo, a do Amazonas, além de ter grandes reservas subterrâneas de águas, sobre as quais o Estado de Minas Gerais ainda não dispunha de um instrumento legal que disciplinasse sua exploração e conservação.

Estima-se que o País detenha cerca de 112.000.000.000m³ de águas subterrâneas, o que significa que cerca de 75% das cidades brasileiras com até 20 mil habitantes poderiam muito bem ser totalmente abastecidas com essas águas.

No centro de tudo isso, encontra-se o glorioso Estado de Minas Gerais. Considerado a caixa d'água do Brasil, desfruta de uma situação privilegiada, se comparado aos outros Estados da Federação, tal a importância de seus rios.

A água é um produto estratégico e se tornará um dos bens mais disputados da Terra; terá importância maior que o petróleo. Por isso, tem deixado de ser uma fonte inesgotável da natureza, para tornar-se uma das maiores preocupações da humanidade.

Nos últimos 20 anos, a população mundial teve um acréscimo de 1.800.000.000 de pessoas, o consumo de água dobrou, e se registrou a diminuição de 1/3 das reservas de água doce do mundo.

Uma possível escassez de água, líquido indispensável à vida e essencial para as principais atividades econômicas, pode afetar o desenvolvimento de países emergentes.

Quanto mais contaminada e distante estiver a água, mais caro será trazê-la e torná-la potável. Segundo relatório da ONU, o consumo de água no mundo dobra a cada 20 anos e, grosso modo, cerca de 50% do líquido que vai para as grandes cidades é desperdiçado. Trata-se de um crime, se for levado em conta que 1 bilhão de pessoas simplesmente não têm acesso à água potável.

As águas de muitos rios estão sendo utilizadas de modo inadequado. Os rios têm recebido esgotos domésticos, lixo, despejos sem tratamento da mineração e da indústria. Tem sido retirada a água para irrigação. Retira-se mais água que o rio pode fornecer, e suas águas têm ficado turvas, poluídas e sem oxigênio, o que tem afetado a fauna e a flora, o leito fica menos profundo e assoreado.

A remoção da cobertura vegetal às margens dos rios e a exposição de terrenos susceptíveis à erosão têm contribuído, de forma avassaladora, para a degradação de nossos rios.

No Brasil, cerca de 10% das pessoas que vivem nas cidades não têm acesso ao abastecimento de água tratada, estando sujeitas a inúmeras doenças, que matam 21 crianças por dia. No território brasileiro, existem 100 mil cursos d'água poluídos, e 50% das praias estão contaminadas por esgoto, vazamento de petróleo e lixo tóxico. Apenas 40% do esgoto é coletado, e, desse total, menos de 10% recebe algum tipo de tratamento.

Segundo a OMS, para cada R\$1,00 investido em saneamento, economizam-se R\$5,00 em gastos com saúde. "Um dos grandes desafios que o País enfrenta, neste início do terceiro milênio, é o tratamento de esgotos."

Nesse sentido, não poderíamos deixar de registrar o trabalho que a COPASA vem realizando: resgata a sua dívida com o meio ambiente, implanta em todo o Estado dezenas de estações de tratamento de esgotos - ETEs - e, de certa maneira, procura restabelecer as condições dos nossos rios.

Cabe ressaltar a recente implantação da Estação de Tratamento de Esgoto do Arrudas e o início das atividades para a implantação da segunda Estação de Tratamento de Esgoto de Belo Horizonte, a Estação do Onça. As duas, em conjunto, tratarão cerca de 100% dos esgotos de Belo Horizonte e de Contagem.

Ano passado, nesse mesmo dia, em que comemoramos o Dia do Meio Ambiente, tivemos a honra e o privilégio de homenagear a COPASA por meio de seu brilhante Presidente, Dr. Marcelo Siqueira, pelos relevantes serviços prestados à sociedade mineira. Portanto, queremos que o representante da COPASA leve ao seu Presidente e a toda a diretoria os nossos cumprimentos.

O quadro atual é preocupante, exige de todos nós urgentes providências para revertermos esses dados e estatísticas, até então desfavoráveis para todos nós.

Neste sentido, Sr. Presidente, meus senhores e minhas senhoras, foi com o intuito de prestar uma justa homenagem ao Instituto Mineiro de Gestão das Águas - IGAM -, órgão estadual que vem se destacando no planejamento, gerenciamento e administração de todas as ações direcionadas para a preservação da qualidade e quantidade dos recursos hídricos do Estado de Minas Gerais, por meio de seu ilustre Diretor-Geral Dr. Willer Hudson Pós, nesta reunião especial comemorativa do Dia Mundial do Meio Ambiente, para destacar o profícuo trabalho do IGAM em prol da preservação ambiental e melhoria da qualidade de vida dos mineiros.

Assim, como parlamentar e Vice-Presidente da Comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais, não poderia deixar de requerer a esta augusta Casa esta homenagem a este importante órgão do sistema estadual do meio ambiente, que é o IGAM.

O Dia Mundial do Meio Ambiente, hoje comemorado, não tem apenas reclamações e denúncias - o trabalho desenvolvido por toda a equipe do IGAM é a boa notícia do dia, é o exemplo vivo da dedicação e do trabalho eficiente deste importante órgão público.

Parabéns ao IGAM. Parabéns, Dr. Willer. Parabéns, Secretário. Muito obrigado a todos.

Palavras do Sr. Willer Hudson Pós

Exmos. Srs. Deputado Marco Régis, Secretário Celso Castilho de Souza, Luciano Baldini, Ricardo Prata, Carlos Gonçalves, Deputado Fábio Avelar, senhoras e senhores, amigos da SEMAD, companheiros da área ambiental: em primeiro lugar, gostaria de, rapidamente, expressar nossa posição quanto ao exposto pelo ilustre Deputado Marco Régis. Não há mágoa, Deputado; a polêmica na área ambiental gera discussão, e a discussão gera o entendimento. Isso é o que buscamos e é a posição da área ambiental.

A área ambiental inclui o desenvolvimento sustentável, social e econômico. Essas três vertentes devem estar sempre presentes na discussão das questões ambientais, que, realmente, sempre geram polêmica. A questão ambiental, por si só, não pode ser fator decisivo de empreendimentos e decisões. A questão ambiental tem de ser de um fórum amplo, e esse tripé - desenvolvimento sustentável, social e econômico - tem de ser o paradigma das discussões para que possamos buscar o desenvolvimento da nossa Nação, sob pena de criarmos os chamados grandes bolsões da área ambiental, com 100% de preservação, circulados de miséria. E nada polui mais do que a miséria, que não degrada só o meio ambiente, mas também a condição moral, a condição básica de criação e mecanismo de sustentabilidade do ser humano.

Então, Deputado, em nome da SEMAD, do IGAM e da FEAM, digo que a Casa está de portas abertas para o senhor. Convido-o para um café, para o senhor conhecer como se dá o processo de licenciamento.

Minas Gerais caminha a passos largos, buscando a preservação da área ambiental e dos recursos hídricos. Temos sido pioneiros e exemplo para o Brasil.

Se observarmos o licenciamento ambiental, passaremos a entender por que Minas é tão respeitada no conceito jurídico da área ambiental. O Ministério do Meio Ambiente é dirigido pelo Dr. José Carlos Carvalho, que investe na busca de projetos que replicam os nossos projetos no Brasil, tanto no IGAM quanto no FEAM.

O Instituto Mineiro de Gestão das Águas está fazendo cinco anos e tem-se pautado pela sustentabilidade na área de recursos hídricos, buscando a implementação da Lei nº 3.199, que criou todo o arcabouço jurídico de implementação da política de recursos hídricos.

Essa política é muito conhecida pelo Deputado Fábio Avelar, que também é o autor da lei complementar à Lei nº 3.199, relativa à área de preservação de recursos hídricos.

A partir de suas ações, Minas Gerais reflete o seu desenvolvimento político e o seu grau de entendimento e conscientização. Essa comemoração do Dia Mundial do Meio Ambiente, proposta pelo Deputado Fábio Avelar e o trabalho que desenvolve na Comissão de Meio Ambiente demonstram que estamos muito bem servidos na área ambiental.

O relatório sobre recursos hídricos, publicado pela ONU, informa que em 2030 haverá um quadro de estresse mundial. Se continuarmos com essa política nas áreas de recursos hídricos e de preservação, implementada pelo IGAM, pela FEAM, pelo IEF e pela SEMAD, em 2030, teremos água de qualidade em quantidade. E assino embaixo.

As ações implementadas pelo IGAM, não só na área de recursos hídricos, mas também em alguns programas como o Água de Minas, que hoje monitora 242 pontos de amostragem em Minas Gerais, demonstram a qualidade e a quantidade dessa água.

A qualidade da água ainda não é boa em algumas bacias, mas tende a melhorar, porque estão sendo implementadas em grande velocidade políticas de saneamento. Hoje a COPASA trata 100% do esgoto na cidade de Ipatinga e também instala a ETE no Arrudas e no Onça, que tratará 100% do esgoto de Belo Horizonte. Sem contar a região do Sul do Estado. Hoje há mais de 30 empreendimentos voltados para o tratamento de esgoto. Essa mudança de postura é significativa.

Sabemos que a poluição dos nossos mananciais hídricos se deve à matéria orgânica e à falta de saneamento básico. Hoje temos motivos para pensar que em 2030 o que ocorrerá no mundo não será observado em Minas Gerais, porque temos possibilidade de modificar esse quadro.

Na questão do licenciamento, principalmente aquele voltado para a área ambiental, tenho a dizer o seguinte: o que se apresenta hoje em Minas Gerais é um quadro extremamente positivo, porque, até pelo próprio nome, o Estado tem a maior concentração de indústrias voltadas para os diferentes setores, básicas, secundárias, que o colocam numa posição de destaque nacional. O nosso licenciamento é um dos mais restritivos do País, e, mesmo assim, a indústria ainda busca Minas Gerais para investir. Quando digo restritivo, falo do ponto de vista técnico, porque é possível, sim, fazer o desenvolvimento sustentável, econômico e social. Dá para se ter empreendimentos com responsabilidade ambiental. É isso que as indústrias têm buscado em Minas Gerais.

A grande vertente da globalização enfoca principalmente a questão ambiental, e os empreendedores sabem disso. Bons exemplos estão aí, como é o caso da MBR, da CENIBRA, da USIMINAS, grandes empresas que hoje seguem passo a passo a questão ambiental e, muitas vezes, antecipam essa discussão. O modelo atual de muitos dos estudos voltados para a área de recursos hídricos vem da iniciativa privada. E as discussões têm que ser feitas passo a passo. A questão ambiental não deve ser feita com guerra, mas com debate, discussão e diálogo, baseados principalmente em dados técnicos, que podem ser confirmados e reaplicados. Essa é a política ambiental de Minas Gerais. É assim que podemos fazer, sim, um Estado melhor, com desenvolvimento, sem problemas sociais. A questão ambiental tem de ser vista sempre sob o ponto de vista social também.

Voltando à homenagem prestada ao IGAM, diria que esta Casa, principalmente a Comissão de Meio Ambiente, tem uma participação fundamental nas questões ambientais de Minas Gerais. Essa Comissão, hoje presidida pelo Deputado José Milton, tem se mostrado extremamente participativa nas questões de recursos hídricos e na formação dos comitês de bacias. Minas Gerais possui 12 comitês e hoje é o pilar da política nacional de recursos hídricos. Não se faz política nacional de recursos hídricos sem passar por Minas Gerais. Isso é óbvio quando observamos os grandes rios, o São Francisco, o Jequitinhonha, o Doce, o Paraíba do Sul, que integram todo esse manancial da chamada "caixa d'água do Brasil", que é Minas Gerais.

Mas não tenho dúvidas de que é necessário melhorar. Precisamos ter o melhor sistema de informação, porque não se faz gestão de recursos hídricos sem ter informação. Estamos hoje desenvolvendo no Estado um processo global de implementação e fortalecimento dos comitês de bacia, pois isso é de extrema importância.

A Lei nº 13.199, que trata da política estadual de recursos hídricos, aborda a questão de uma forma muito clara. Pela primeira vez, o Governo abre mão dessa prerrogativa de gerenciar recursos hídricos e transfere-a para a sociedade. E como a sociedade participa disso? Por meio dos comitês de bacia, representados pelos poderes públicos municipal e estadual, pelos usuários e pela sociedade civil. É o comitê deliberando aquilo que é de interesse de sua bacia.

Esta homenagem não se destina apenas ao IGAM como instituição, não só, vamos dizer, em reconhecimento de uma gestão, mas principalmente aos que estão lá dentro operacionalizando todo o trabalho. São os funcionários, os consultores que, na verdade, levam essa bandeira para frente, conduzindo projetos, com o entusiasmo, que observo a cada dia nesse órgão. Apesar das dificuldades, esses funcionários nunca esmoreceram.

Hoje, no processo de análise de uma outorga no IGAM, passamos de 150 para 40 dias. Temos o sistema praticamente todo informatizado. Temos o Águas de Minas disponibilizado na Internet com todos os dados. Poderiam indagar para quê isso. Isso é ferramenta de gestão, de tomada de decisão e é importante.

Então, gostaria de agradecer a homenagem ao Deputado Fábio Avelar; ao Deputado Marco Régis, sem nenhum ressentimento; a todos da Mesa, ao nosso Procurador, ao nosso representante da COPASA, ao nosso amigo Carlos, ao representante da CEMIG; e a todos vocês. Muito obrigado.

Palavras do Secretário Celso Castilho de Souza

Exmos. Srs. Deputado Marco Régis; Deputado Fábio Avelar, abnegado em favor da questão ambiental e promotor desta homenagem ao IGAM e ao Dr. Willer Hudson Pós, a quem recebemos várias vezes, na Secretaria de Meio Ambiente, para discutir assuntos relativos à área ambiental; meu prezado amigo Dr. Willer Hudson Pós, aqui homenageado; Dr. Luciano Badini, com quem temos nos encontrado para discutir as questões do Velho Chico; Dr. Ricardo Prata; Dr. Carlos Gonçalves; senhores servidores do sistema estadual do meio ambiente, a quem devemos grande parte do sucesso das ações implementadas no Estado de Minas Gerais; Deputado Adelmo Carneiro Leão, com quem, em algumas ocasiões, nos encontramos para discutir não só questões ambientais mas questões sociais; telespectadores da TV Assembléia; senhoras e senhores, falar por último, depois de algumas pessoas que conhecem bem a área ambiental, dispensa algumas frases do nosso texto. Isso, aliás, diminuirá o tempo da minha fala. O Dia Mundial do Meio Ambiente passou a ser celebrado em 5 de junho, em todo o planeta, conforme definido durante a Conferência de Estocolmo e tem o objetivo de trazer à lembrança de todos um compromisso permanente da sociedade: manter o meio ambiente saudável para nós e para as gerações futuras. Este é o compromisso maior do Governo de Minas: garantir o processo de avanço econômico em harmonia com o meio ambiente e a melhoria da qualidade de vida de toda a sociedade.

Minas sempre foi e continuará sendo um Estado que preza a democracia em todos os seus aspectos. Eu diria, inclusive, que esse princípio norteia a ação de governo, principalmente no que se refere ao direito do cidadão de decidir sobre o futuro ambiental de forma segura e independente.

Por essa razão, o Governador Itamar Franco tem determinado à Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável empreender ações integradas, com ênfase na gestão participativa em todas as suas áreas de atuação: água, florestas, biodiversidade e controle das atividades potencialmente poluidoras.

Logo no início deste Governo, promulgamos a política de recursos hídricos e fomentamos a formação de comitês de bacias, adotando ações eficazes na incansável defesa das águas como patrimônio público, a exemplo da notória atuação em relação à Represa de Furnas. Sempre pensando em Minas, mas com uma visão de Brasil, estamos também promovendo a revitalização dos cursos de água, harmonizando as políticas florestal e de recursos hídricos.

Nesse aspecto, vale ressaltar a notável participação da Assembléia Legislativa nas questões relacionadas com os recursos hídricos, seja através do trabalho das Comissões Interparlamentares das Bacias dos Rios São Francisco e Doce, seja por intermédio de seus seminários legislativos, entre várias outras ações. Os resultados do seminário legislativo Águas de Minas I foram utilizados para a construção da política estadual de recursos hídricos estabelecida na Lei nº 13.199. Refletindo a responsabilidade de acompanhar o processo de implementação dessa lei, a Assembléia vem realizando audiências públicas em todo o Estado para discutir com a sociedade a gestão de recursos hídricos, os instrumentos estabelecidos na política, os comitês e as agências de bacias, entre outros temas. Os resultados dessas audiências serão debatidos no seminário legislativo "Águas de Minas II", que, a exemplo do primeiro, certamente muitas contribuições trará ao Executivo na sua tarefa de enfrentar os desafios da prática de implementação da Lei nº 13.199.

A SEMAD está interiorizando a política ambiental, promovendo a municipalização do licenciamento ambiental que é firmado através de convênios com os municípios, ou ainda por via de capacitação de seus recursos humanos, com cursos efetuados regionalmente. Ou seja, estamos levando de forma direta os conhecimentos do Sistema de Meio Ambiente - SISEMA - a diversos municípios do Estado e deles recebendo avaliações e críticas para nossa melhoria constante.

Outros programas e ações estão sendo implementados a fim de produzir o inventário dos resíduos sólidos industriais e promover a disposição adequada do lixo urbano. Da mesma forma, para o controle da poluição atmosférica, já está elaborado o projeto específico para o monitoramento da Região Metropolitana de Belo Horizonte, que servirá de modelo para os demais centros urbanos. Também o programa de controle de emissões veiculares está sendo preparado de forma a colocar o Estado de Minas em conformidade com as decisões do CONAMA.

É importante fazer uma certa reflexão sobre as ações na área ambiental. O meio ambiente não se traduz só em ações dentro da Secretaria de Meio Ambiente. Foi extremamente oportuna a manifestação do Deputado Fábio Avelar e do Presidente da FEAM e Diretor-Geral do IGAM, Dr. Willer Pós, sobre as ações que a COPASA vem desenvolvendo, em relação à construção de uma série de estações de tratamento de esgoto, em todo o Estado de Minas Gerais. Hoje, mais de 30 delas estão sendo implantadas, e outras estão sendo estudadas. Sem dúvida alguma, elas trarão um benefício muito grande para nossos recursos hídricos.

O IEF, através da incansável ação de seus servidores, está participando intensamente na preservação dos ativos ambientais do Estado, através da implementação de programas de proteção e revegetação de nascentes, matas de galeria e de topo. O Sistema Estadual de Unidades de Conservação mantém o continuado trabalho de proteção e monitoramento de muitas áreas, especialmente em relação às Reservas de Patrimônio Particular - RPPNs -, cujas ações têm recebido importante contribuição do setor privado para a proteção da biodiversidade.

Para os senhores terem uma idéia, nas últimas reuniões do Conselho de Administração do IEF, que é o órgão que aprova a constituição das reservas de patrimônio particular, cerca de 36 RPPNs foram aprovadas, representando áreas que chegam a cerca de 30.000ha. Esse fato demonstra que existe uma ação muito efetiva da sociedade em relação à contribuição para a preservação de áreas que anteriormente estavam completamente desassistidas.

"Recentemente, foi aprovado, no Conselho de Administração do IEF, o projeto de lei do Deputado João Batista, que dispõe sobre a nova política florestal do Estado, trabalho este que contou, pela primeira vez, com a participação de todos os segmentos do Estado envolvidos na preservação de tão importante bioma."

Isso nos leva à reflexão de que, em relação à discussão da lei florestal, pela primeira vez, houve uma participação intensa da sociedade, dos órgãos ambientais do Estado de Minas Gerais e principalmente de algumas organizações não governamentais.

A Assembléia, mais uma vez, dá prova do processo democrático de discussão de todo e qualquer assunto de interesse da sociedade, convocando-a para a discussão neste Plenário.

Além desses enfoques setoriais, estamos promovendo a harmonização dos processos autorizativos, por meio de projeto que permitirá a integração dos processos da FEAM, do IGAM e do IEF. Dessa forma, buscamos facilitar a vida do empreendedor, aumentar a transparência do processo e permitir maior participação da sociedade nos mecanismos de tomada de decisão governamental.

Neste momento em que se comemora o Dia Mundial do Meio Ambiente neste Plenário, não poderíamos deixar de mencionar que este é o Ano

Internacional das Montanhas. Como a história sempre mostrou, Minas se mantém na vanguarda da política ambiental brasileira, servindo de exemplo para outros Estados da Federação, dentro da perspectiva do desenvolvimento sustentável. Esse é, portanto, o nosso grande desafio. Muito obrigado a todos.

Entrega de Placa

O locutor - O Presidente da Mesa, Deputado Marco Régis, fará a entrega, ao Diretor-Geral do IGAM, de placa alusiva a esta homenagem, com os seguintes dizeres: "O Dia Mundial do Meio Ambiente é uma oportunidade para lembrarmos a importância da preservação do nosso capital ecológico. Precisamos estar todos permanentemente comprometidos com a manutenção do nosso ecossistema, aprendendo a compreendê-lo e respeitá-lo, pois dele depende a própria sobrevivência do homem sobre a Terra. A homenagem do Poder Legislativo Estadual ao Dia Mundial do Meio Ambiente, representado nesta ocasião pelo Instituto Mineiro de Gestão das Águas - IGAM. Deputado Antônio Júlio, Presidente".

O Sr. Presidente - Convido o Deputado Fábio Avelar, autor do requerimento que ensejou esta reunião, para juntos entregarmos a placa.

- Procede-se à entrega da placa.

O Sr. Presidente - A Presidência manifesta seus agradecimentos às autoridades presentes, especialmente aos convidados do Plenário, àqueles que labutam nas instituições governamentais e não governamentais de meio ambiente; aos assessores parlamentares. Faço um agradecimento especial aos Deputados que participaram da reunião, Márcio Kangussu, João Paulo, Adelmo Carneiro Leão e José Henrique; à delegação da União de Prefeitos da Bahia, que aqui foi conduzida pelo Dr. Tadeu Mendonça, assessor da Associação Mineira dos Municípios - AMM. Quero deixar meu abraço especial ao Geraldo, - tive a grata satisfação de saber que é Chefe de Gabinete do Dr. Willer; e um agradecimento especial ao Dr. Odair, que representa a Sociedade Mineira de Engenheiros, nosso companheiro de andanças nas reuniões preparatórias para o Seminário Águas de Minas II.

Encerramento

O Sr. Presidente - Cumprido o objetivo da convocação, a Presidência encerra a reunião, convocando os Deputados para a reunião especial de segunda-feira, dia 17, às 20 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

Edital de Convocação

Reunião Especial da Assembléia Legislativa

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, inciso XVII, do Regimento Interno, convoca reunião especial da Assembléia para as 20 horas do dia 24 de junho de 2002, em homenagem à Igreja Metodista Wesleyana.

Palácio da Inconfidência, 21 de junho de 2002.

Antônio Júlio, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Conjunta das Comissões de Membros das Comissões Permanentes (§ 1º do Art. 204) e de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Eduardo Brandão e Hely Tarquínio, pela Comissão de Administração Pública; Marco Régis e Aílton Vilela, pela Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização; Geraldo Rezende e Agostinho Silveira, pela Comissão de Constituição e Justiça; Maria José Haueisen e João Paulo, pela Comissão de Defesa do Consumidor; Márcio Kangussu e Marcelo Gonçalves, pela Comissão de Direitos Humanos; Paulo Piau e Amílcar Martins, pela Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia; José Milton e Fábio Avelar, pela Comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais; João Batista de Oliveira e Chico Rafael, pela Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial; Cristiano Canêdo e José Braga, pela Comissão de Saúde; Dalmo Ribeiro Silva e Edson Rezende, pela Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social; Arlen Santiago e Bilac Pinto, pela Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas; Maria Olívia e Gil Pereira, pela Comissão de Turismo, membros da Comissão de Membros das Comissões Permanentes (§ 1º do art. 204 do Regimento Interno); Ivair Nogueira, Anderson Adatao, Antônio Carlos Andrada, Dilzon Melo, Luiz Fernando Faria e Rêmolo Aloise, membros da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, para a reunião a ser realizada em 25/6/2002, às 15 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de se discutir e votar o Parecer para Turno Único do Projeto de Lei nº 2.176/2002, do Governador do Estado, que dispõe sobre as diretrizes para elaboração da lei orçamentária para o exercício de 2003 e dá outras providências, e de se discutirem e votarem proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 21 de junho de 2002.

Mauro Lobo, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Especial da Lista de Assinantes

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Djalma Diniz, Agostinho Silveira, Arlen Santiago e Eduardo Hermeto, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 25/6/2002, às 15h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de se apreciar o relatório final.

Sala das Comissões, 21 de junho de 2002.

Márcio Kangussu, Presidente.

COMUNICAÇÕES DESPACHADAS PELO SR. PRESIDENTE

COMUNICAÇÕES

- O Sr. Presidente despachou, em 20/6/2002, as seguintes comunicações:

Do Deputado Miguel Martini, notificando o falecimento da Sra. Maria José dos Anjos, ocorrido em 15/6/2002, em Brasília, DF. (- Ciente. Oficie-se.)

Do Deputado Sebastião Navarro Vieira, notificando o falecimento do Sr. Olímpio Fernandes Neto, ocorrido em 14/6/2002, nesta Capital. (- Ciente. Oficie-se.)

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

367ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Discursos Proferidos em 12/6/2002

A Deputada Elbe Brandão* - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, utilizo-me da palavra, neste momento, para deixar público e claro um requerimento que já está protocolizado ao Presidente da Assembléia, com o seguinte teor: (- Lê:)

"A Deputada que este subscreve requer a V. Exa., nos termos do art. 232, c/c o art. 285, do Regimento Interno, sejam retiradas de tramitação as Emendas nºs 14 e 15, de minha autoria, apresentadas ao Projeto de Lei nº 1.774/2001, que estrutura os quadros especiais de Pessoal da administração pública estadual autárquica e fundacional das instituições da área de ciência e tecnologia.

Requer mais, que se registre nos anais da Casa que essa decisão somente foi possível depois de conversa com o Reitor da UNIMONTES, Prof. José Geraldo de Freitas Drumond, que autorizou a retirada da emenda que institui o plano de carreira daquela autarquia".

Que também fique registrada a minha total indignação com o descaso com que o atual Governo de Minas Gerais vem conduzindo as questões em relação aos professores, sobretudo os designados.

Pedimos ao Presidente que retorne à condução do estabelecimento dos critérios para designação podendo, nesse caso específico, trazer diferenciação aos designados, pessoas que estão na rua depois de terem trabalhado 18, 20 e 25 anos no Estado. Estão sem direito a um único Real, passando necessidade, levando vidas indignas.

Esclareço que retirar as minhas emendas ao referido projeto, não significa que não continuaremos tentando, com o apoio da Bancada norte-mineira, fazer valer o direito e o respeito que a UNIMONTES merece, não só do Governo do Estado, mas também da sociedade e do Poder Legislativo.

Vamos tentar, com nossa Bancada, fazer com que a nossa emenda não prejudique a sociedade envolvida. Não sabemos até que ponto a verdade foi colocada para os funcionários, para os membros do IPEM, para a Fundação João Pinheiro, para a FUNED e para as outras instituições que estão lutando pelo seu plano de carreira. Talvez não tenham percebido a necessidade da UNIMONTES, e o quanto ela acrescentaria neste momento.

O nosso Reitor disse que não gostaria de ver a nossa universidade agregada a um projeto onde tantas pessoas não têm a devida compreensão do papel da UNIMONTES e o quanto ela é importante para o desenvolvimento da região mais carente e pobre de Minas Gerais, o Norte e o Vale do Jequitinhonha, e acrescentou que vai conversar com o Governo. O Deputado Sávio Souza Cruz afirmou ter conversado com o Governador Itamar Franco, que garantiu acatar o projeto de sua autoria, apesar do vício de iniciativa que contém, por não ser competência de Deputado encaminhar plano de carreira, mas sim do Governo do Estado.

Portanto, tendo o Governador assumido o compromisso de sancionar, na íntegra, o projeto do Deputado trazendo um mínimo de dignidade para esses trabalhadores do Estado, que ajudam a produzir a ciência e a tecnologia, e para a UNIMONTES, que precisa de ajuda, a nossa Bancada do Norte de Minas tem força suficiente para, quem sabe, agregar a assinatura de pelo menos seis Líderes de Bancada na Comissão de Comissão de Fiscalização Financeira, para defender os interesses da nossa região.

No princípio, falávamos que podíamos estar juntos, para ajudar o plano de carreira de todos. Mas o próprio Estado, as pessoas e os órgãos também devem aprender que as outras pessoas têm a sua verdade e as suas necessidades. Assim, solicitamos ao Presidente que retorne a discussão e coloque em votação também o projeto que beneficia os designados.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Sargento Rodrigues - Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, público que nos acompanha pela TV Assembléia, caros companheiros das galerias, praças, policiais e bombeiros militares que aqui se encontram, é uma honra muito grande poder dirigir-lhes a palavra, mesmo porque se aproxima data tão oportuna, o dia 13 de junho, quando comemoramos cinco anos dos passos dados na direção da nossa liberdade, de consciência, de expressão, para a nossa verdadeira cidadania.

Amanhã completamos 5 anos do movimento histórico em que os praças da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar foram às ruas do Estado de Minas Gerais clamar por justiça, dignidade no trabalho e, acima de tudo, pela sua liberdade de expressão e cidadania.

O que nos traz a esta tribuna, Sr. Presidente, é o seguinte: já que encontramos a Proposta de Emenda à Constituição nº 62, em tramitação nesta Casa, em fase de votação, já tendo sido encerrada a fase de discussão, gostaríamos de conclamar todos os Deputados e Deputadas desta Casa a nos apoiarem, aprovando tal proposta.

Agora há pouco conversei com o Deputado Cabo Morais e, buscando um entendimento da matéria e uma tramitação mais ágil, retiramos a emenda que suprimia os requisitos previstos no § 14 da Proposta de Emenda à Constituição nº 62.

Já discutimos anteriormente e chegamos ao consenso de que, aprovando a matéria em 1º turno, faremos um substitutivo para ser apresentado em 2º turno a fim de realmente aperfeiçoar a proposta e dar aos homens e mulheres da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar a tão esperada promoção por tempo de serviço.

Portanto, Sr. Presidente e Srs. Deputados, entendemos que a proposta original é muito boa, mas precisa ser aperfeiçoada. Temos cerca de 1.800 policiais e bombeiros militares no Estado de Minas Gerais afastados, definitiva ou temporariamente, por problemas de saúde. Muitos desses companheiros estavam no combate ao crime, enfrentando a marginalidade, salvando vidas, correndo risco e, certamente por ironia do destino, acabaram sofrendo algum tipo de lesão ou contraindo alguma doença que os deixou inaptos para continuar exercendo sua função dentro da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar. Esse é um dos principais pontos que discutimos com o Deputado Cabo Morais. Não podemos permitir que esses homens ou mulheres inaptos para o trabalho na área operacional, que é exatamente a ponta da linha, aquela que carrega a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros Militar nas costas, sejam deixados de lado. As experiências são inúmeras.

Tivemos a oportunidade de fazer uma audiência pública nesta Casa no dia 30/5/2001. Lá compareceram mais de 100 policiais e bombeiros militares que nos apresentaram seus problemas. Muitos ficaram impedidos de comparecer por uma série de motivos. Mas, naquela audiência pública realizada pelas Comissões de Saúde, de Administração Pública e de Direitos Humanos, tivemos um "raio X" da deficiência da saúde na Polícia Militar e no Corpo de Bombeiros Militar. Verificamos que o maior número de companheiros que podem ficar prejudicados, caso não tenhamos um grande cuidado na apreciação dessa matéria, são esses acometidos pelas intempéries que acontecem no desempenho do combate ao crime, do salvamento de vidas. Temos certeza de que o companheiro Cabo Morais pensa assim e entende dessa forma, e certamente encontramos a melhor saída para que verdadeiramente todos possam ser contemplados.

Por outro lado, precisamos tratar a questão da saúde com cautela, para que não coloquemos no texto da Constituição Estadual esse empecilho quando da discussão do Projeto de Lei Complementar nº 41, que trata do estatuto. Discutiremos periculosidade, insalubridade, jornada de trabalho, hora extra, carga horária trabalhada. Tanto no Corpo de Bombeiros como na polícia, trabalha-se 40 horas, no mínimo, e não se encontra especificado o máximo. A hora máxima, normalmente, é a vontade de quem comanda o bombeiro ou o policial militar. As questões relativas ao auxílio-educação, auxílio-creche, data-base estarão sendo discutidas no projeto de lei complementar citado. Se permitirmos que seja inserido, no texto da Constituição Estadual, algum tipo de requisito para a promoção por tempo de serviço, não conseguiremos mudá-lo no estatuto e criaremos um entrave para a promoção dos companheiros. Mas o assunto está sendo devidamente acordado com o autor da matéria, Deputado Cabo Morais, a fim de darmos à Emenda à Constituição nº 62 um texto mais genérico, como ocorreu com a Proposta de Emenda à Constituição nº 60, de autoria da Deputada Elaine Matozinhos, que promoveu todos os Carcereiros a Detetives.

Os policiais e bombeiros que se encontram nas ruas, aquele que "pega o touro com a unha" no dia-a-dia, que se encontra na luta constante, no radiopatrulhamento, no salvamento, nesse enfrentamento acaba por ter problemas disciplinares, que fazem com que possam sofrer punições. Caso isso continue no texto constitucional, não teremos como reverter a questão no estatuto. Aqueles que não se enquadram nessa situação estarão satisfeitos porque poderão ter uma promoção imediata. Mas e os demais companheiros? Precisamos de cautela para fazer uma emenda à Constituição genérica, de forma a abranger todos os companheiros policiais militares e bombeiros militares. Defendo essa matéria porque os policiais de São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo são promovidos por tempo de serviço. Na Polícia Civil de Minas Gerais, o cidadão forma-se Detetive I, vai à Classe II, Classe III, Classe Especial e ainda pode ser nomeado Subinspetor e Inspetor, por tempo de serviço. Temos motivação de sobra para encaminhar a matéria, pedindo aos companheiros desta Casa que somem conosco. Apelo especialmente à Bancada do PDT, tendo a certeza de seu apoio, assim como o das demais bancadas, que admiram e respeitam o Corpo de Bombeiros e a Polícia Militar de Minas Gerais.

A Proposta de Emenda à Constituição nº 60, transformada na Emenda à Constituição nº 52, da Deputada Elaine Matozinhos, não entra em detalhes, por se tratar de matéria constitucional, sendo os detalhes remetidos a outro instituto, a fim de serem regulamentados pelo Executivo.

Essa é a idéia, a proposta que queremos defender junto aos companheiros, para que todos, principalmente aqueles que, nos embates do dia-a-dia, sofram algum tipo de punição administrativa, ou tenham problema de saúde, não fiquem desamparados. Uma vez colocado isso no texto da Constituição, precisamos fazer um esforço sobrenatural para tentar reverter a situação.

Entendemos que a Deputada Elaine Matozinhos, quando elaborou a Emenda à Constituição nº 60, foi muito, feliz porque deixou o texto de forma genérica. Faço questão de ler o texto: (- Lê:): "Art. 110: Fica extinto, na estrutura da Polícia Civil, o cargo de Carcereiro, com suas respectivas classes, passando seus ocupantes, na data de publicação da emenda que instituiu esse artigo, a ocupar o cargo de Detetive, mantidas as vagas existentes no quadro de detetives.

§ 1º- Os ocupantes do cargo de Carcereiro a que se refere o 'caput' deste artigo ingressarão na classe inicial do cargo de Detetive, independentemente da classe ocupada na carreira de Carcereiro.

§ 2º - Os servidores de que trata este artigo farão jus à progressão na carreira por merecimento e antigüidade."

É um texto enxuto, genérico e que não tece detalhes quanto à questão prevista no § 14 da emenda à Constituição, que passo a ler: (- Lê:)

§ 14 - Não será beneficiado com a promoção de que trata o § 13 o servidor militar julgado inapto em exame de saúde e aquele que:

I - estiver respondendo a processo administrativo disciplinar, enquanto durar o processo;

II - estiver cumprindo sentença penal;

III - estiver classificado como de mau comportamento;

IV - estiver no último posto ou na graduação da hierarquia militar previstos em lei para o respectivo quadro."

Sr. Presidente, Srs. Deputados, temos que buscar esse consenso. Fico feliz porque o Deputado Cabo Morais solicitou-me que retirasse a emenda para que aprovássemos o projeto em 1º turno. Imediatamente, buscando essa linha de consenso, esse entendimento, fizemos a retirada e traçamos acordo para que um substitutivo viesse aperfeiçoar a matéria. O processo legislativo ocorre dessa maneira: existem discussões, embates, até que a matéria seja lapidada.

O Deputado Cabo Morais (em aparte)* - Deputado Sargento Rodrigues, gostaria apenas de esclarecer os nossos companheiros das Corporações da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros sobre o nosso entendimento, que, a princípio, foi apresentar uma emenda à Constituição do Estado que permitisse atender a todos. O nosso objetivo, ao apresentarmos uma matéria, é que ela passe pelas comissões, pelo crivo dos Deputados, para ser aperfeiçoada. V. Exa. já conhece o substitutivo a ser apresentado no 2º turno, quando os entraves previstos na matéria do 1º turno já estão praticamente vencidos. Entendemos que V. Exa., ao apresentar uma emenda à Mesa desta Casa, atrasaria a tramitação desse projeto. Sabemos do interesse de V. Exa. na aprovação dessa matéria, tanto é que retirou as emendas. Em contrapartida, apresentam um substitutivo que atenda à demanda de todos da corporação e, ainda, acatamos a possibilidade de V. Exa. assinar esse documento conosco. Não interessa a autoria desse projeto, desde que os nossos companheiros da Polícia Militar sejam tratados de forma igualitária, porque os oficiais, os Sargentos e os Subtenentes já são beneficiados com o plano de carreira. Somente os Cabos e Soldados ainda não estão sendo atendidos. Os dispensados serão atendidos. Esse substitutivo será assinado a quatro mãos.

O Deputado Sargento Rodrigues - Ficamos satisfeitos em que o nobre companheiro tenha acatado as nossas sugestões, porque estamos somando esforços para que a matéria seja lapidada e que tenha um melhor acolhimento em meio aos companheiros da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar. Estamos aprovando a matéria em 1º turno e estaremos acendendo uma luz no fim do túnel.

Esse é o caminho, e o debate vem contribuir muito para que a proposta seja verdadeiramente entendida por todos os pares desta Casa e tenha o melhor acolhimento.

Devemos aprovar a Emenda à Constituição nº 62, em 1º turno, o mais rápido possível, a fim de que possamos dar a nossos companheiros uma perspectiva de melhora e ascensão na carreira, que tanto desejam, há muito tempo. Obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Carlos Pimenta - Sr. Presidente, Deputado Wanderley Ávila, Srs. Deputados, senhores e senhoras, povo de Minas Gerais, ao abrir o jornal ontem, deparei com o resultado de uma pesquisa feita no nosso Estado sobre os problemas que afligem o povo mineiro e brasileiro. Sem muita surpresa, obtivemos os seguintes dados: em primeiro lugar, veio o desemprego - 37% dos mineiros optaram pela falta de emprego como o principal problema do Estado; em segundo lugar, veio a segurança pública, com 21% dos votos; e, em terceiro lugar, veio a saúde pública com 18% dos votos. Esses três itens totalizam 76%, ou seja, basicamente 3/4 dos mineiros afirmaram que o desemprego, a segurança pública e a saúde são os principais problemas em Minas.

Esses dados devem nortear qualquer tipo de trabalho, qualquer programa de Governo, para que possamos dar uma resposta efetiva ao nosso povo. Qualquer um dos senhores que me escuta, ou me vê pela TV Assembléia, já enfrentou ou enfrenta um problema dessa natureza.

Quando trazemos esses números para o nosso dia-a-dia, verificamos como é impressionante a quantidade de jovens sem emprego. Diariamente, recebemos dezenas de cartas contendo relatos de jovens, de trabalhadores, que, por um motivo ou outro, perderam seus empregos e procuram uma solução, pedindo o nosso apoio.

O Governo Federal, ao invés de estabelecer um programa de geração de emprego e renda, opta por um modelo ultrapassado de lançar programas transitórios, como os de bolsas-renda, cestas-básicas, vale-gás e vale-refeição. Em nenhum momento se preocupa em pedir ao Congresso Nacional que aponte ou aprove qualquer programa para a geração de emprego e renda.

No interior de Minas Gerais, as Prefeituras Municipais são as grandes empregadoras. Qualquer cidadezinha hoje tem, no mínimo, 60% de sua folha comprometida com o pagamento de funcionários, que procuram os Prefeitos para receberem, pelo menos, um salário mínimo.

Preocupado com isso, o PDT jovem de Montes Claros, após o seminário realizado naquela cidade, em que debatemos a questão do desemprego, principalmente na juventude, solicitou que apresentássemos à Casa projeto que crie o Programa Mineiro de Apoio à Juventude - O Meu Primeiro Emprego. Essa idéia é simples e necessária. O Governo, por meio das suas diversas Secretarias, tem condições de apresentar um programa de apoio à juventude. Quantos pais se esforçam para dar condições a seus filhos de estudar e formar-se no 2º grau e, às vezes, em curso técnico, para, depois, vê-los sem emprego. Isso é agonia e desespero para essas famílias e gera problemas sociais graves. Grande parte dessa juventude desiludida, não tendo porta para bater, fica desocupada, caminhando por estradas tortuosas e sem retorno, chegando à criminalidade, à prostituição e às drogas. Um problema traz o outro.

Notamos que o segundo tema apontado pelo povo mineiro, a segurança, é conseqüência do desemprego. É necessário que façamos algo. Estamos solicitando à Assembléia Legislativa, por meio da sua assessoria, um anteprojeto, a ser apresentado ainda neste semestre, para que seja criado o programa mineiro de incentivo ao primeiro emprego, envolvendo todas as Secretarias.

Talvez o tema segurança pública, apontado por 21% dos mineiros, seja o mais atual e preocupante. Em Belo Horizonte, nas cidades-pólo, principalmente nos grandes centros, a escalada da violência atinge proporções jamais pensadas. Pela imprensa, tivemos a notícia de que, apenas na área da Grande BH, ocorreram nove homicídios. Isso tem se tornado rotina. Entretanto, vejamos o outro lado. Os órgãos responsáveis pela segurança pública - e estão presentes alguns policiais militares do Corpo de Bombeiros e da Polícia Militar - têm feito de tudo para dar um mínimo de segurança à sociedade mineira. É necessário que o Governo acompanhe esse esforço do contingente da Polícia Militar e da Polícia Civil, entre verdadeiramente no combate ao narcotráfico, às drogas e dê apoio à juventude. Sabemos que grande parte dos crimes foram cometidos por menores de idade, que não têm mínima assistência por parte dos governantes.

Estamos discutindo a fusão da Polícia Civil com a Polícia Militar e com o Corpo de Bombeiros, em novo modelo de segurança pública. Nesta semana, estivemos em Montes Claros, discutindo essa proposta de emenda à Constituição. Em todos os debates, notamos que tanto a Polícia Militar quanto a Civil não desejam se afastar da discussão, mas almejam essa união no momento em que estiverem fortalecidas.

Não adianta discutir unificação de comandos se sabemos que as duas polícias precisam de incentivo, de recursos e, acima de tudo, de programas de capacitação e de apoio aos PMs.

Como obrigar o nosso Policial Militar a enfrentar o crime organizado se não tem veículo, armamento, condições de enfrentar, de igual para igual, os criminosos, que estão cada vez mais sofisticados e aparelhados? Não adianta unificar comandos se as polícias estão em estado precário. É necessário que o Governo, efetivamente, destine recursos suficientes para equipar as nossas polícias.

Difícilmente a polícia do interior, principalmente das pequenas cidades, tem condições de combater o crime. Há poucos meses, relatava o que aconteceu na pequena cidade de Ubaí: bandidos de São Paulo assaltaram as agências bancárias. A polícia, num ato heróico, de muita valentia, enfrentou, em absoluta desigualdade, os criminosos, conseguiu prendê-los, após eliminar alguns deles. Então, é necessário que primeiro fortaleçamos os policiais. Nesse aspecto, quero parabenizar os Deputados Sargento Rodrigues e Cabo Morais, que têm sido verdadeiros baluartes, defensores da Polícia Militar, e a Deputada Elaine Matozinhos, que, da mesma forma, defende a Polícia Civil.

Houve avanços, mas muitos outros precisam acontecer para termos o mínimo de segurança, para que a sociedade se sinta segura, porque o que estamos vendo hoje é o criminoso nas ruas e as famílias acuadas dentro de casa, muitas vezes sem que os filhos possam sair sequer para ir à escola, porque, na porta da escola, estão as gangues, que, dia e noite, atormentam os jovens.

O terceiro ponto é a saúde pública. Gostaria de relatar a minha experiência como médico e Deputado por uma região desassistida, o Norte de Minas. É muito rica, mas não tem assistência. Basta um dado para mostrar o que acontece, em termos de saúde pública, no Norte de Minas: dos 82 municípios, 50 não possuem, sequer, as mínimas condições de trabalho.

Vejo faixas do Sind-Saúde, solicitando o apoio desta Casa para os trabalhadores da área administrativa. É isso mesmo. É necessário que venham a esta Casa, porque não podemos falar em saúde pública de qualidade se os trabalhadores da saúde não tiverem a mínima dignidade

para exercer a profissão: movimentos devem existir, pressões sobre os parlamentares para que possamos discutir e alcançar um modelo mínimo - eficaz - de saúde pública no Estado.

Voltando ao Norte de Minas, como a maioria dos municípios não possui a mínima estrutura de saúde pública, são obrigados a pegar o doente - que poderia, às vezes, ser atendido no próprio município - e colocá-lo numa ambulância, encaminhando-o para Montes Claros ou Belo Horizonte.

E ainda há aqueles que criticam esse tipo de transporte de doentes, dizendo que os pequenos municípios jogam para a frente os problemas, não os resolvem. É necessário que o Governo lhes dê condições para resolvê-los. Temos, por exemplo, a cidade de Janaúba, que há sete anos tenta terminar o seu hospital regional. Faz sete anos, e esse hospital não foi terminado para atender à microrregião. Janaúria, com seus 9.000km e 80 mil habitantes, muitas vezes tem de colocar na ambulância um paciente e encaminhá-lo para Belo Horizonte ou Montes Claros. Sei que é difícil, mas não impossível.

Queremos discutir com os representantes do Sindicato dos Trabalhadores da Saúde para que venham nos procurar no gabinete, na Comissão de Saúde, da qual faço parte, para engrossar essa luta, dignificando, em primeiro lugar, o trabalhador da saúde e, depois, cobrar dos Governos Estadual e Federal a execução dos planos e dos programas, para termos um programa de saúde pública em Minas Gerais que dê condições mínimas a nossas famílias. Muito obrigado.

O Deputado Márcio Cunha* - Sr. Presidente, Sr. Secretário, Sras. e Srs. Deputados, ilustres visitantes, quero cumprimentá-los e dizer que reconheço a luta de vocês por melhores condições de trabalho justamente em um setor em que o discurso é fácil. Dizer que saúde e educação, neste País, são prioridade é muito fácil, mas o importante é que realmente o poder público reconheça isso. Por isso sou um dos favoráveis a que o poder público seja o menor possível, para que seja mais eficiente naquilo que efetivamente compete a ele: saúde, educação e infraestrutura básica.

Dois assuntos trazem-me à tribuna hoje. O primeiro diz respeito à questão da saúde, que, por experiência pessoal, sensibilizou-me a levantar aqui, na Assembléia de Minas, bandeira a favor de uma parte da medicina pouco conhecida por nós, brasileiros, ainda pouco divulgada e reconhecida. Falo da acupuntura.

Há alguns anos, quando comecei a praticar esporte com regularidade para suportar os desafios de estar na política, comecei a sentir dores infernais na coluna cervical. Por praticamente 12 anos, lutei e consultei várias especialidades médicas. Somente há cerca de dois anos consegui: achei a acupuntura para resolver o meu problema. Hoje, pratico esporte sem o menor problema, convivendo até com duas hérnias na coluna. Por que estou contando essa história pessoal, que não tem nada a ver com o assunto? É porque pude pagar um acupunturista, pude fazer as minhas sessões de acupuntura.

Mas o trabalhador, o cidadão comum não pode fazê-lo. E pior: os nossos hospitais públicos não reconhecem e não prestam o serviço de acupuntura. Pensando nisso, apresentei a esta Casa três projetos. Um deles, considerado por mim - e quero crer pelos meus colegas Deputados - o mais importante, é o que estimula a prática do serviço de acupuntura pelos hospitais públicos, a fim de que o cidadão comum possa ter direito a esse tratamento. No entanto, constatei a existência de discriminação, que não é motivada por briga de classes, mas em parte por desconhecimento; em parte, admito, por certo cuidado, porque, se a acupuntura não for praticada por profissionais competentes e honestos, pode deixar seqüelas irreversíveis. Mas luto, nesta Casa, com certa descrença em relação a isso.

Por que estou trazendo novamente esse assunto à consideração dos meus pares? Porque, em 24 de maio deste ano, por meio da Resolução nº 5, o Conselho de Psicologia reconheceu a acupuntura como especialidade da psicologia. Era o único conselho que faltava para reconhecer essa especialidade médica. Faço, portanto, apelo aos Deputados desta Casa, aos membros da Comissão de Justiça, onde esse projeto está tramitando e está parado: se o Conselho de Psicologia - o último que faltava - reconheceu a acupuntura como especialidade médica, por que esta Casa não pode aprovar a nossa iniciativa?

No último final de semana houve a colação de grau do curso superior de acupuntura, na Universidade Estácio de Sá, no Rio de Janeiro. É o primeiro curso de medicina chinesa do País. Nós, mineiros, temos o orgulho de dizer que temos em Minas, em pleno funcionamento, a nossa primeira faculdade de medicina chinesa, a INCISA.

A milenar medicina chinesa - difundida há mais de 5 mil anos no Oriente - precisa ser reconhecida por nós. Devemos entender que podemos resolver algumas questões médicas por meio da acupuntura. Isso ocorreu comigo e deve acontecer com milhares de brasileiros, que não conseguem, por meio da medicina oficial, ou por aquela reconhecida por nós como tradicional, encontrar alívio para suas doenças, como aconteceu comigo. Mas pude pagar um acupunturista. Não quero entrar na celeuma, na discussão sobre o profissional que exercerá a acupuntura. A mim não interessa essa discussão. Pode ser por meio do médico capaz de fazê-lo ou do acupunturista competente.

O que nos interessa é que os hospitais públicos possam contar com esse tipo de serviço.

Não vou defender uma classe em detrimento de outra. Não me interessa fazer "lobby" nesse sentido. Estou aqui para dizer a vocês, com honestidade e sinceridade, que consegui resolver um problema pessoal através da acupuntura. Desejo que o cidadão comum também possa ter esse direito, esse benefício.

Esse é o meu projeto. No momento em que o último conselho, o Conselho Federal de Psicologia, reconhece a acupuntura como uma especialidade para a psicologia, não temos mais motivo para não avançarmos nessa discussão e aprovarmos o nosso projeto. Por isso, faço um apelo aos Deputados, aproveitando a presença dos profissionais da área de saúde, para que esta Casa dê uma demonstração de modernidade e, acima de tudo, de espírito público, concedendo às pessoas comuns o direito de optar por esse tipo de tratamento.

Outra questão que não poderia deixar de mencionar diz respeito ao meu partido, o PMDB, de tantas histórias, de tantas lutas, minha casa. Este ano completo 20 anos como parlamentar - há 16 anos como Vereador por Belo Horizonte e no quarto ano como Deputado Estadual. Sou um dos fundadores desse partido em Belo Horizonte. Em 1980 fizemos a fusão do então PP com o MDB, fundando o PMDB.

Sou daqueles que acredita que os partidos políticos são o veículo natural das idéias e que temos obrigação de ter uma política sadia para fortalecê-los, razão pela qual nunca deixei o PMDB, mesmo nos momentos mais difíceis.

Hoje passamos por um momento difícil. A cúpula do PMDB nacional envergonha nossas bases partidárias. Venderam o partido para o Presidente da República. Parte do PMDB nacional hoje está a serviço do Sr. Presidente e do seu projeto político de se perpetuar no poder. É esse PMDB, essa parte do partido, que envergonha a todos.

No próximo sábado, haverá uma convenção nacional. Alguns liderados pelos Srs. Michel Temer e Geddel querem, a qualquer preço, impor uma coligação, oferecendo a Deputada Federal Rita Camata, companheira do nosso partido, para compor a chapa do candidato do PSDB, José Serra.

Isso nos envergonha. Envergonha-nos mais ainda quando tentamos viabilizar a candidatura do Governador Itamar Franco, homem nacionalista, ex-Presidente, que tem tudo para ser o nosso candidato e apresenta o melhor currículo para tornar-ser o futuro Presidente deste País. Mas o PMDB nacional e o Sr. Presidente da República nos impediram de conquistar o direito de termos candidatura própria.

Após a desistência do Governador Itamar Franco, telefonei ao Senador Pedro Simon, como Secretário-Geral do PMDB em Minas, para dizer-lhe que, naquele momento, como soldado do partido, ele passava a ser o meu candidato à Presidência da República. Qual não foi a minha decepção, quando, daí a alguns dias, o Senador Pedro Simon disputaria com a Deputada Federal Rita Camata a indicação na chapa do PSDB.

Srs. Deputados, senhores ouvintes da TV Assembléia, esta é a política que estamos vivendo, que, infelizmente, tem nos dado os piores exemplos. Tenho dito, depois de 20 anos na vida pública, que, se não tivesse muita vocação e a certeza de que tenho uma missão a cumprir, realmente teria frustrações de sobra para deixar a política. Mas sei que o Brasil e que a política precisam e contam com pessoas que possam exercê-la com dignidade.

Portanto, quero dizer que continuarei lutando, até a duodécima hora, para que o PMDB tenha uma candidatura própria. Nosso candidato é o Senador Roberto Requião, embora hoje saibamos que esteja praticamente acertado que o PMDB fará um acordo e não lançará um candidato à Presidência da República, até facilitando as composições estaduais. Mas este não é meu pensamento. É vergonhoso que um partido com as tradições e o tamanho do nosso PMDB não tenha o direito de ter seu candidato próprio à Presidência da República.

Portanto, Srs. Deputados, fica aqui a nossa indignação, o nosso inconformismo e a nossa decepção. Mas fica, também, o nosso otimismo de que sempre seremos coerentes com nossa luta e com nossa trajetória política. Muito obrigado, Sr. Presidente.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Ermano Batista*- Sr. Presidente, Srs. Deputados, muito se tem falado sobre a crise da educação em nosso País. A grande verdade é que não temos conseguido, como Nação que se diz civilizada, reservar ao assunto a prioridade que ele merece. Entretanto, é essa mesma veracidade que nos leva a reconhecer os esforços positivos feitos pelo Governo Federal. Para citar um exemplo, aí está o Provão, instituído e implantado com sucesso, com a finalidade última de melhorar o nível de ensino e o preparo dos estudantes. Por tudo isso, no último dia 4 do corrente mês alguma razão tivemos para, em nível federal comemorar o Dia Nacional da Família na Escola. Já no âmbito do Estado de Minas Gerais, é forçoso atestar que nada temos digno de comemoração, haja vista a recente greve dos professores, movida sem a vontade da classe, mas por necessidade.

O tema nos ocorre - e por causa dele ocupamos esta tribuna - porque nos chegou às mãos oportuno manifesto da Federação das Associações de Pais e Alunos das Escolas Públicas de Minas Gerais sobre o significado dessa efeméride. Permitimo-nos aqui, Sr. Presidente e Srs. Deputados, transcrever o texto do manifesto, solicitando seja este consignado nos anais desta Casa, pela sua inegável relevância e oportunidade. (- Lê:)

"Em todo o País, milhões de brasileiros comemoram hoje o Dia Nacional da Família na Escola. Em Minas Gerais, não temos o que, nem onde comemorar: faltam investimentos e as sucessivas greves dos professores vêm-nos furtando a oportunidade de, junto aos nossos filhos, exercer a cidadania e atender ao chamado do Governo Federal.

Muitas crianças sequer têm famílias para comemorar esse dia. Deveriam estar nas escolas, pois delas precisam até para merendar, já que a merenda é sua única ou principal refeição do dia.

E o que acontece hoje, em nossas escolas? Escolas trancadas, com professores em greve ou desestimulados, vítimas de manobras políticas que os levam a acreditar em falsas promessas. Deixamos claro que entendemos e achamos justas as reivindicações dos mestres, mas tal certeza não nos conforta, uma vez que a omissão do Governo faz com que nossas crianças sejam massacradas e sejam-lhes subtraídos os direitos, em nome dos direitos dos professores, tornando-nos reféns de um sistema impiedoso e cruel.

Solicitamos a imediata intervenção da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, já que o impasse está longe de uma solução que nos traga justiça, para acabar com esse Dia Estadual do Cadeado na Escola".

Convenhamos, caros colegas parlamentares, que o presente manifesto - dirigido a todos os Deputados - é um documento dramático e que merece de nossa parte atenção muito especial. Que a rede pública de ensino em nosso Estado foi desmantelada, não há sombra de dúvida. Que os professores não têm a mínima perspectiva de progresso profissional, não há como negar. Que os salários do magistério são aviltantes, não temos como contestar. Que os alunos são os maiores prejudicados, seria absurdo não admiti-lo. E que o atual Governo é o grande responsável pela decadência de uma estrutura antes modelar, trata-se de argumento indiscutível.

Não vamos nos estender sobre as mazelas do ensino público estadual. A realidade, já é por demais conhecida de todos. De nossa parte, muito temos trabalhado nesta Assembléia para reverter tal quadro. Nosso esforço, não obstante, vem sendo sistematicamente solapado pelo Executivo. Já perdemos a conta das proposições que apresentamos nesta legislatura em prol da educação, mas muitas delas - tais como requerimentos contendo pedidos de informação - não chegam nem mesmo a receber resposta. Ora, nosso esforço deve continuar, e devemos organizar uma força de trabalho, coesa e apartidária, para que alguma coisa ainda possa ser feita no presente exercício.

Nesse sentido, vimos conclamar os colegas parlamentares, na certeza de que nenhum de nós pretende compactuar com o Executivo mineiro em seu descaso para com a educação. Tal descaso, diga-se, é comprovado por testemunhos como este que nos chega da Federação das Associações de Pais e Alunos das Escolas Públicas de Minas Gerais. Pois essa conclamação é para que não sejamos solidários com a greve dos professores apenas por meio de palavras. Vamos usar de ação efetiva, deixando de votar todas as proposições de interesse do Executivo em andamento nesta Casa, até que o Executivo atenda às justas reivindicações do pessoal do magistério. Será uma fórmula eficaz para fazer com que o Palácio da Liberdade aja de acordo com o interesse dos professores, da rede estadual de ensino como um todo, de pais e alunos e do povo de Minas Gerais. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Doutor Viana - Sr. Presidente, Srs. Deputados, imprensa, pessoas que ocupam as galerias, telespectadores da TV Assembléia, meus senhores e minhas senhoras, já foi o tempo em que perigoso era andar pelas ruas altas horas da madrugada ou deixar a porta de casa aberta.

Já foi o tempo em que o marginal era o ladrão de galinha, o ladrão de roupas nos varais das casas.

O delinqüente mais ousado era o batedor de carteira, que se aproveitava do descuido de sua vítima.

Ficou muito longe o tempo da guarda civil, que patrulhava os bairros, fazia as rondas, conhecia a comunidade, chamava a todos pelo nome; eram policiais estimados e estavam sempre por perto quando alguém precisava. Havia também as duplas de militares, chamadas popularmente de Cosme e Damião, patrulhando a pé, observando tudo. A população dormia tranqüila.

O quadro atual é muito outro. Somos todos reféns submissos e amedrontados por uma criminalidade desenfreada.

Os marginais impõem toque de recolher, nos assaltam e intimidam com o poder de suas armas sofisticadas, desdenham a lei e as autoridades, desafiam a sociedade, sem temer coisa alguma. Agem com a tranqüilidade de quem acredita que vai sair impune, ou por não ser apanhado, ou por escapar da prisão, ou por se beneficiar de alguma prerrogativa da lei.

Chegamos ao limite máximo. Estão ameaçando colegas Deputados, assaltando os funcionários desta Casa a poucos metros do posto da Polícia Militar.

A Praça Carlos Chagas, passagem obrigatória de vários servidores, tornou-se um local perigoso. Ali os ladrões espreitam e escolhem a vítima, que é abordada sob a mira de armas de grosso calibre. Já aconteceram vários assaltos na Praça e suas imediações. A poucos metros desta Casa, dois funcionários foram rendidos com armas e perderam todos os objetos de valor, quando almoçavam num restaurante. Diga-se de passagem, restaurante cheio, em pleno meio-dia.

A marginalidade não teme mais nada. A ousadia é tanta, que não aceitam sequer que sejam investigadas as suas ações criminosas. Por isso ameaçam os integrantes da CPI do Narcotráfico desta Casa. Por isso mataram, com requinte de perversidade, o jornalista Tim Lopes.

Anteontem, a vítima foi o Deputado Eduardo Brandão, abordado por infratores quando dirigia numa das avenidas mais movimentadas desta Capital. Graças ao seu controle, não esboçando reação ao assalto, os danos foram mínimos, felizmente. Quero me solidarizar com o colega, que viveu momentos de terror, na mira de revólveres, pois o desfecho desse tipo de ação é sempre imprevisível. Estamos hoje à mercê do crime e da violência. Não há mais horários perigosos, lugares perigosos. Tudo é perigoso. Os seqüestradores invadem as casas, os ladrões se especializam em pular cercas elétricas, o tráfico mata em vias movimentadas, os assaltos são praticados a poucos metros da polícia.

Os cidadãos de bem estão confinados entre muros altos, cercas, alarmes e grades. Se ousam sair à rua para trabalhar, são rendidos, roubados e, mesmo, assassinados, sem nenhuma oportunidade de defesa.

Se o Estado recua no dever constitucional de garantir a segurança pública, a violência e a criminalidade ocupam espaço. É preciso fazer voltar a ordem. Que não seja apenas inscrição na nossa bandeira. E a ordem só há de voltar com a atuação firme das autoridades, com o policiamento ostensivo, que é também preventivo, voltando às ruas, com o enfrentamento do poder do tráfico, com as ações de promoção social, a atenção à criança e ao adolescente e, principalmente, com a repressão vigorosa dessa criminalidade crescente e insuportável, que atira em todas as direções e se transforma em pesadelo para as pessoas de bem.

Lembro-me de que, quando o Presidente da República assumiu seu primeiro mandato, há quase oito anos, mostrou a mão com cinco dedos, cada um deles representando uma situação de necessidade da ação do Governo para a normalização da ordem no País. Mas isso não aconteceu, e, quanto ao dedo que apontava a violência, nada foi feito, pelo contrário, houve acomodação muito grande por parte do Governo Federal. Hoje, a maioria dos marginais acredita na impunidade, pratica a violência em todos os níveis, de forma abusiva, numa incalculável falta de respeito ao ser humano.

Chamamos a atenção das autoridades executivas do Estado e da Federação a fim de que olhem com seriedade e determinação para essa situação, não ficando apenas nas promessas de campanha. O povo está cansado e a sociedade revoltada, o que não tem sido suficiente para sensibilizar as autoridades a fim de que tomem as devidas providências.

Para culminar, um colega nosso foi assaltado, com seus dois filhos, dentro do carro, que foi roubado, o que representou um trauma para todos, sendo um reflexo de nossa sociedade atual. Aqui falamos em nome de todas as pessoas, não apenas do referido colega, já que vários crimes acontecem em todos os pontos do País. A sociedade precisa ter, de seus governantes e de nós, autoridades constituídas pelo voto direto do povo, a concretização dos direitos do cidadão, que é prevista pela Constituição. Obrigado.

O Deputado Márcio Kangussu* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, senhoras e senhores da imprensa, visitantes, é incrível, mas o escândalo da LUMUS, no Maranhão - quando foi detonada a candidatura da Roseana Sarney -, teve reflexos negativos no vale do Jequitinhonha.

Era Ministro do Esporte o mineiro Deputado Federal Carlos Melles, que estive no vale do Jequitinhonha, acompanhado por este Deputado, o Deputado Eduardo Hermeto e o Senador Francelino Pereira. Na cidade de Almenara, o Ministro firmou o compromisso público de liberar R\$6.600.000,00 para o reinício das obras Almenara-Salto, ligando o pólo turístico de Porto Seguro ao de Diamantina. Ficamos todos satisfeitos, pois, enfim, um mineiro, o Ministro Carlos Melles, tinha tido a sensibilidade de ajudar-nos a resolver em parte o problema da BR-367.

Tudo andava dentro dos trâmites burocráticos: o Ministro comunicou-nos a liberação de R\$6.600.000,00, a Secretaria de Turismo de Minas Gerais tomou as providências, assim como o DER, para que tais recursos lhe fossem transferidos, a fim de dar a ordem de reinício das obras, quando, de repente, por uma questão política, invadiram o escritório da LUMUS no Maranhão e inviabilizaram a candidatura da Roseana Sarney. O PFL saiu do Governo e, por conseguinte, o Ministro Melles, entrando um novo Ministro. Isso prejudicou não o Maranhão, mas o vale do Jequitinhonha, ou seja, até o que acontece no Maranhão - a invasão de um escritório que, segundo denúncias, servia para arrecadar recursos para a candidatura Roseana Sarney - prejudica o vale do Jequitinhonha.

Esta Casa tem o dever e a obrigação de perguntar ao Ministro Caio Luiz de Carvalho para onde foram esses recursos destinados ao vale do Jequitinhonha. Não é possível que até o que acontece no Maranhão prejudica essa região. Já não basta o descaso que os Governos Federal e Estadual têm com a nossa região, principalmente no que diz respeito às nossas estradas, que estão intrafegáveis, sobretudo a BR-367, que é um vetor do nosso desenvolvimento e que está sendo prejudicada em virtude de um escândalo que envolve a sucessão presidencial e que inviabiliza uma candidatura. O PFL sai do Governo, e quem é prejudicado é o povo do vale do Jequitinhonha. O Senador Francelino Pereira assumiu conosco esse compromisso. Temos de cobrar uma resposta convincente do Ministro. Onde foram parar esses R\$6.600.000,00? Espero que não tenham sido destinados ao Maranhão ou para atender às demandas da candidatura oficial. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

Na data de 11/6/2002, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/03/2002, combinadas com as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, observadas as estruturas estabelecidas pelas Deliberações da Mesa nºs 2.210, de 2001, 2.295, e 2.313, de 2002, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão e de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Adelmo Carneiro Leão

exonerando, a partir de 24/6/2002, Edy Faria Barbosa de Almeida do cargo de Técnico Executivo de Gabinete, padrão AL-39, 4 horas;

exonerando, a partir de 24/6/2002, Janete Santana do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas;

exonerando, a partir de 24/6/2002, Oderige Rodrigues Borba do cargo de Atendente de Gabinete, padrão AL-05, 8 horas;

nomeando Edy Faria Barbosa de Almeida para o cargo de Assistente de Gabinete, padrão AL-23, 8 horas;

nomeando Janete Santana para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete II, padrão AL-03, 8 horas;

nomeando Oderige Rodrigues Borba para o cargo de Atendente de Gabinete I, padrão AL-06, 8 horas.

Gabinete do Deputado Antônio Andrade

exonerando Álvaro Miranda Filho do cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão AL-02, 4 horas;

nomeando Juliana Dayrell Rocha para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão AL-02, 4 horas.

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 35/2002

Convite nº 23/2002

Objeto: aquisição de peças e componentes para reposição em equipamentos de informática. Licitantes habilitadas: Lopes & Rubinger Informática Ltda., Bysen do Brasil Ltda., Tropical Sistemas Ltda., Eletra Tecnologia e Informática Ltda., Tecnosys Informática Ltda., CCS Informática Ltda., Ripel Comércio de Papéis e Material de Escritório Ltda., Deltatronic Comércio e Representações Ltda., Oficina da Informática Ltda., CM Informática Ltda. e Microtécnica Informática Ltda.

ERRATA

ATA DA 370ª REUNIÃO ORDINÁRIA, EM 19/6/2002

Na publicação da matéria em epígrafe, verificada na edição de 21/6/2002, na pág. 19, col. 2, sob o título "Requerimentos", onde se lê:

"Nº 3.245/2002", "Nº 3.246/2002" e "Nº 3.247/2002", leia-se, respectivamente:

"Nº 3.425/2002", "Nº 3.426/2002" e "Nº 3.427/2002".